

Inspired by water..



Relatório e Contas

2015

Índice

I. Relatório de Gestão.....	3
II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais.....	4
Nota do Presidente	4
1. Envolvente económica e desempenho.....	5
2. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2015.....	6
3. Perspetivas para o exercício de 2016	8
4. Análise económica e financeira 2015.....	10
5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14
6. Marketing	16
7. Capital humano.....	18
8. Política de Dividendos	20
9. Proposta de aplicação de resultados	20
10. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração	20
11. Sector Público Estatal.....	21
12. Agradecimentos.....	21
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	22
III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais.....	23
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais	27
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais	57
VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais	58
VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas.....	60
VIII. Demonstrações financeiras consolidadas.....	66
IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas	70
X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	93
XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	94

I. Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2015, o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício da sociedade Oliveira & Irmão, SA, com sede na Travessa do Milão, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10.000.000 euros, a que correspondem 2.000.000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.



www.oli-world.com

II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais

Nota do Presidente

Mais um ano passou e mais um ano começou sob o domínio das incertezas.

A evolução social e política na Europa (e não só) não permitem pensar em grandes previsibilidades, a menos que a previsão, quiçá acertada, seja a de que o mundo, como o conhecemos até há alguns anos atrás, vai ser substituído por um outro com uma nova ordem e novas regras de “convivialidade” entre as nações.

Por cá (Portugal), parecendo, por ora, pelo menos, poupados a alguns dos problemas internacionais, sobram os problemas nacionais de várias ordens: uma economia que não descola, as reformas que não se fizeram, a estrutura da economia que não mudou, as dependências de fatores demasiado alheios às vontades e humores dos nossos “líderes” e, como tal, algo mudou, para que tudo ficasse na mesma (oxalá!) apesar de esforços e sacrifícios de uma classe média exangue.

Vamos acreditar que, por cá, a “mão invisível” vai ser benévola connosco e o bom senso chegue a esta Europa cansada, velha e doente.

Nós, por cá (em casa), vamos continuar a trabalhar como se o mundo estivesse em ordem e as economias a funcionar. Vamos lutar, como sempre, pela melhoria de desempenho, pelo aumento de quotas de mercado, acreditando que, ao virar da esquina, chegará o bom senso e a política redescubra a sua vocação e o futuro melhor, para todos, esteja ao dobrar dessa esquina!



2. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2015

Distribuição nacional e PALOP's

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e PALOP's das mercadorias que compramos e dos produtos que fabricamos) representaram 21,3% do total das vendas da empresa o que significa uma estabilização do peso percentual em relação ao ano de 2014 e o aumento em valor absoluto: um crescimento de 10% que se traduz num aumento, em valor, de cerca de 900.000€.

Analisando a desagregação por família constatamos um aumento generalizado das vendas dos produtos fabricados, com um bom desempenho das vendas de autoclismos interiores.

A atividade comercial pura (compra e venda) teve um bom desempenho, com um crescimento acima dos 13%, com particular ênfase no aumento de venda de tubagens, material de aquecimento e mobiliário de banho.



As vendas para os PALOP's diminuíram significativamente refletindo as dificuldades económicas daqueles mercados.

Exportação e vendas a cerâmicas nacionais

As vendas deste processo tiveram um bom desempenho, com um crescimento de 8%. As vendas de produtos industriais às cerâmicas nacionais tiveram um crescimento de 3%. A exportação de produtos industriais apresentou um bom desempenho, com um crescimento na ordem dos 8%.

Começamos a notar alguns resultados do nosso esforço em diminuir a nossa concentração na Europa, com algumas regiões fora da Europa a mostrar tendência para crescer acima da nossa taxa média de crescimento, embora esse crescimento seja, em valores absolutos, relativamente modesto, pois parte de valores historicamente baixos.

Conclusão e resumo dos principais indicadores económicos do exercício

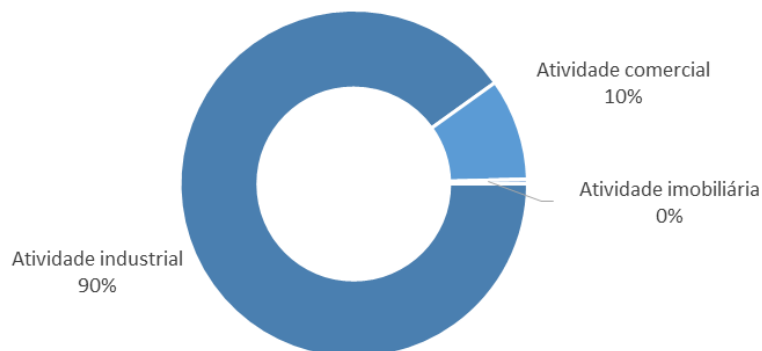
As vendas globais atingiram o valor de € 46 109 674 o que representa um crescimento de 9% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno € 10 595 213 (23% do total das vendas) com um crescimento de 13%
- Mercado externo € 35 514 461 (77% do total das vendas) com um crescimento de 8%

Por atividades a desagregação das vendas é:

- Atividade industrial € 41 543 624 (90.1% do total) com um crescimento de 8%
- Atividade comercial € 4 360 051 (9.5% do total) com um crescimento de 13%
- Atividade imobiliária € 206 000 (0.4%)

Vendas por Atividade 2015



De referir que o mercado interno, bem como a atividade comercial, experimentaram taxas de crescimento que há alguns anos não se verificavam.

Em termos de rentabilidade verificou-se uma melhoria da rentabilidade. O resultado líquido atingiu € 3 462 934, em consequência dos seguintes principais fatores:

- Aumento do volume de atividade
- Melhoria da margem bruta
- Melhoria do desempenho das participadas

3. Perspetivas para o exercício de 2016

Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)

Mercado Interno

O mercado está longe de estar estabilizado, sendo muito sensível a qualquer fator de perturbação, por mais pequeno que seja.

O mercado da construção continua a sofrer dos desequilíbrios dos últimos anos e o mercado da reabilitação (sendo um mercado mais difícil de seguir, em termos comerciais) poderá, finalmente, dar alguns contributos positivos para o nosso desempenho, mas o desenvolvimento deste mercado está ligado a fatores difíceis de prever.

Por outro lado ainda não estão completamente absorvidos pelos agentes do mercado os problemas financeiros que a abrupta quebra da construção (e as consequentes insolvências) induziram em muitos agentes, com elevados volumes de incobráveis que tornam mais difícil o funcionamento na distribuição tradicional (favorecendo a chamada "distribuição moderna" que, capitalizada e organizada de maneira diferente em termos de cobrança, tem vindo a ganhar quota de mercado, ano após ano).

Mercado externo

O mercado externo da atividade comercial resume-se às vendas para os PALOP's em que há muitas incertezas pelo que não esperamos melhorias nesta frente.

Atrevemo-nos a estimar um crescimento de vendas na atividade comercial um pouco acima dos 5% (mas dependente de fatores que podem melhorar ou piorar esta previsão!)

Atividade Industrial

Mercado interno

As vendas a cerâmicas nacionais continuam a perder peso no total das nossas vendas. Não prevemos mudanças significativas neste negócio.

Mercado externo

Prevemos uma evolução positiva das vendas no mercado externo. Temos vindo, nos últimos anos, a implementar algumas mudanças nas nossas estratégias industrial e comercial, mudanças essas que começam, cremos, a dar os frutos esperados. Continuaremos, em 2016, a consolidar a implementação de uma melhor segmentação de mercados e produtos.



Por um lado reforçaremos as parcerias com OEM (dentro e fora da Europa). Por outro lado procuraremos dinamizar mais as vendas de produtos do catálogo OLI, seja intensificando a colaboração com a nossa tradicional rede de clientes e distribuidores, seja ainda através das novas filiais recentemente criadas.

Procuraremos o justo equilíbrio entre a distribuição tradicional e a distribuição moderna, atuando com produtos diferenciados em cada um dos referidos canais.

No que toca aos OEM, que sempre tiveram um peso e um lugar importante na nossa estratégia, pretendemos reforçar a nossa apetência e competência para desenvolver soluções adequadas às necessidades de cada parceiro, procurando afirmarmo-nos cada vez mais como um parceiro importante dos principais atores deste mercado, procurando privilegiar uma colaboração técnica intensa, com o desenvolvimento de soluções específicas e adequadas às necessidades de cada parceiro, procurando ainda alargar a base geográfica destes clientes, deixando de estar confinados à Europa. Estão em curso desenvolvimentos com parceiros do Médio Oriente e do continente americano.

No que toca à distribuição de produtos de catálogo (marca OLI), e como referido acima, arrancámos com duas novas filiais comerciais, na Alemanha e na Rússia, com a intenção de melhorar a nossa presença nestes dois importantes mercados. Nos dois casos teremos stock local de produtos de catálogo e uma rede de comerciais experientes que nos permitirão, cremos, dentro de dois a três anos, ter uma adequada presença nestes mercados.

Ainda uma breve referência ao mercado espanhol, onde nunca tivemos uma presença importante e onde estamos a ensaiar um novo modelo de organização comercial, mais adequada aos hábitos comerciais espanhóis, contanto também aqui conseguir melhorar a nossa presença com um novo modelo de proximidade comercial e stock nas principais regiões.

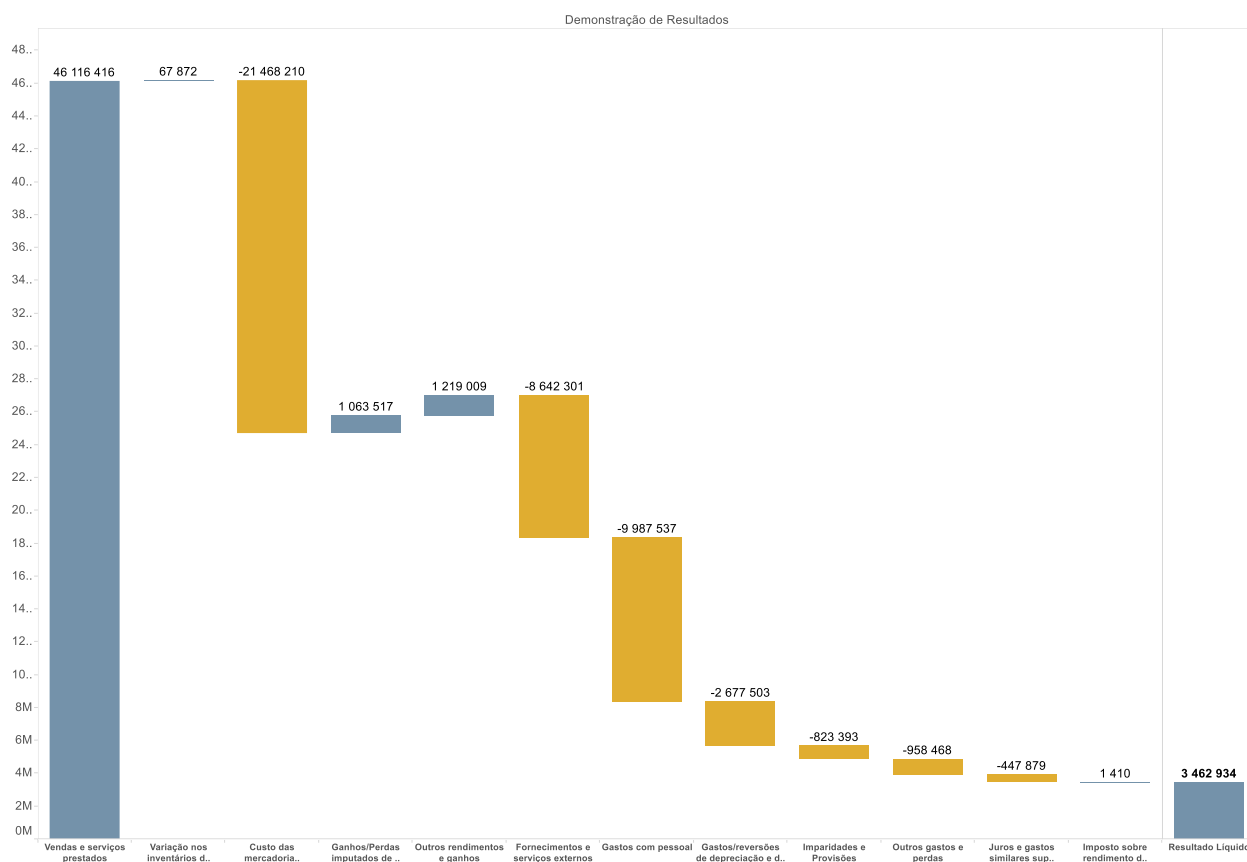
Estamos ainda a intensificar as nossas ações comerciais noutros mercados, com a abertura de novos clientes, de modo a conseguirmos uma melhoria substancial da nossa presença, seja na Europa, seja noutras geografias.

Por fim, uma breve referência à atenção redobrada que estamos a dar à chamada "distribuição moderna" com a segregação da gama de produtos destinados a este, cada vez mais, importante canal de distribuição.

4. Análise económica e financeira 2015

Análise económica

Em 2015 a OLI atingiu um volume de negócios a rondar os 46M€, o que representa um aumento de 3,8M€, correspondendo a 9% face a 2014. Tal como já referido, para este bom desempenho contribuíram as vendas para o mercado interno com aumento de 13% e para o mercado externo com aumento de 8%. Para este bom desempenho contribui a estratégia de diversificação encetada há já alguns anos, tendo a empresa conseguido estar presente com vendas concretizadas em 67 mercados distintos em 2015.



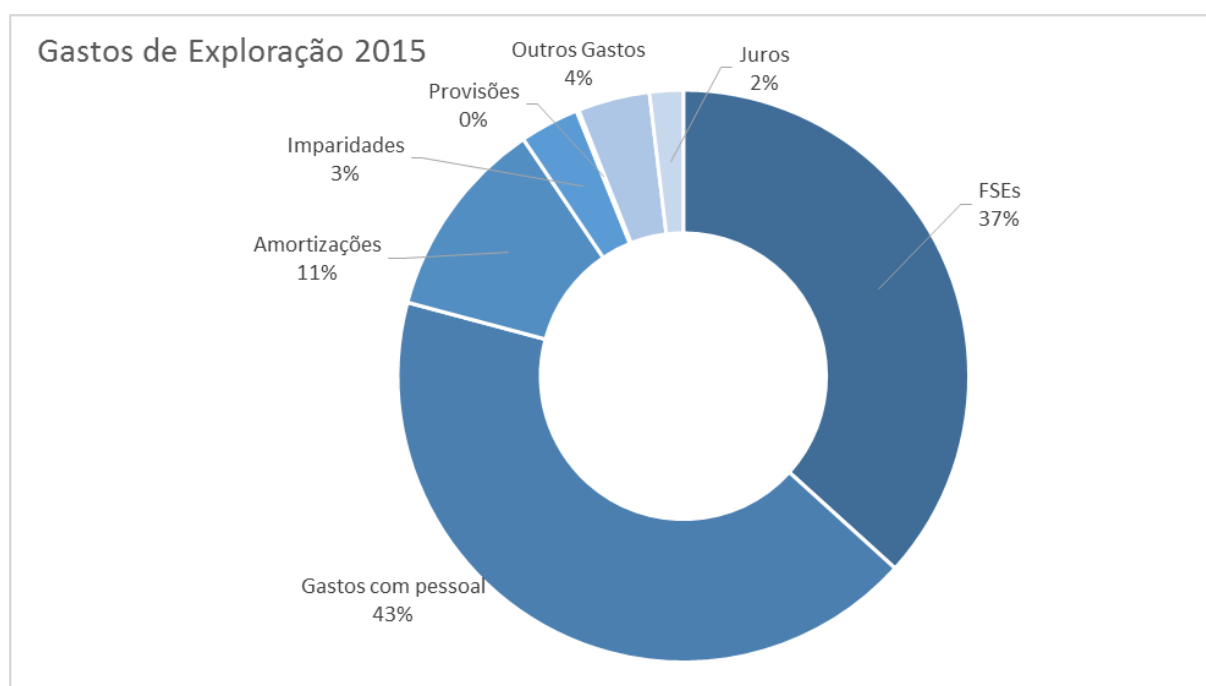
Complementarmente a este bom desempenho no volume de atividade podemos juntar uma evolução também positiva na margem bruta contabilística que beneficiou de uma conjuntura de descida do custo de algumas matérias-primas nos mercados internacionais e também de um trabalho de redução de custos onde a procura de soluções mais competitivas trouxe alguns benefícios. A margem bruta aumentou 3pp tendo atingido 53,6% do volume de negócios.

Ao nível dos gastos de exploração estes acompanharam o aumento da atividade operacional da empresa, tendo registado um aumento de 3,2M€, correspondentes a 16% do total dos gastos, sendo os maiores

contribuintes para este aumento os FSE e os Gastos com Pessoal, com aumentos de 21% e 11% respetivamente.

Nos FSE destacam-se o aumento das rubricas de subcontratos, conservação e reparação e ferramentas e utensílios, estas três relacionadas com a atividade industrial, o aumento das despesas com transporte de mercadorias fruto do aumento da atividade comercial e o aumento das rubricas de publicidade e despesas de representação relacionadas com a maior notoriedade que temos vindo a dar à marca OLI.

Nos gastos com pessoal fruto não só do aumento da atividade e do número de colaboradores, mas também de um aumento salarial concretizado em meados do ano.



Outra rubrica que contribui para o aumento dos gastos de exploração são as imparidades, nomeadamente relacionadas com as participadas, com a atividade imobiliária, com os inventários e com as dívidas dos clientes. No que diz respeito às participadas foi reconhecida uma imparidade de 561 500 euros relacionada com o empréstimo que a participada Soplasnor tinha em aberto para com a OLI e que foi liquidado em 2015. Fruto de uma operação imobiliária de venda das instalações à OLI, a Soplasnor pagou uma parte significativa do empréstimo à OLI. Como aquela participada não tem mais ativos significativos a OLI decidiu registar uma imparidade do remanescente. Quanto aos inventários o reforço da imparidade realizado no montante de 181 013 euros adveio da identificação de alguns artigos em stock cuja rotação é muito baixa, e de forma conservadora a empresa decidiu ajustar o respetivo valor. Quanto às dívidas de clientes foi reforçada a respetiva imparidade em 49 500 euros, resultante de vários casos de potencial incumprimento por parte de alguns clientes.

As amortizações e depreciações do exercício aumentaram cerca de 302 371 euros fruto do aumento do investimento em ativos fixos que a empresa tem vindo a desenvolver nos últimos anos.

Nos outros gastos e perdas o aumento de 2015 face a 2014 foi de 342 270 euros, onde se destacam as rubricas relacionadas com perdas de inventários que tiveram um aumento de 132 454 euros e as rubricas relacionadas com descontos de pronto pagamento concedidos que aumentaram 66 726 euros, em resultado do aumento da atividade comercial.

Tal como no ano anterior, a rubrica de juros e gastos similares tiveram uma diminuição de 276 563 euros. Apesar do aumento do endividamento que se verificou face a 2014, a empresa beneficiou não só da conjuntura de taxas baixas, uma vez que a Euribor diminuiu ao longo do ano, mas também da competitividade que se registou entre as instituições financeiras a quem a empresa recorre, tendo sido possível negociar melhores condições de financiamento.

O efeito conjugado do aumento da atividade e da margem bruta, assim como da evolução dos gastos de exploração permitiu melhorar os níveis de rentabilidade da OLI. O *EBITDA* registou um aumento 589 534 euros, ou seja, cerca de 10% face ao ano anterior. Em termos relativos e comparando com as vendas, o rácio manteve-se nos 14%. O *cash-flow* registou um aumento de 23% passando de 5,7M€ em 2014 para 7,0M€ em 2015.

Capital Investido

Relativamente ao fundo de maneio, em 2015 registou uma descida de 913 464 euros fruto essencialmente de uma reclassificação que ocorreu nos inventários de onde saiu um imóvel no valor de 1,3M€ que passou para propriedades de investimento.

No que diz respeito ao investimento em ativo fixo este cifrou-se em 2015 em 5,3M€ o que representa um aumento 58% face a 2014. Os investimentos concentraram-se em 4 áreas:

- Terrenos Edifícios – 23%
- Moldes – 40%
- Equipamento produtivo – 22%
- Os restantes 15% dividiram-se pela aquisição de equipamento administrativo, de transporte e de outros ativos tangíveis e intangíveis.

Análise financeira

Tal como referido a empresa registou em 2015 um aumento dos meios libertos aumentando o *cash-flow* em cerca de 1,3M€ (+23%). Apesar deste aumento dos meios libertos, dada a evolução do capital

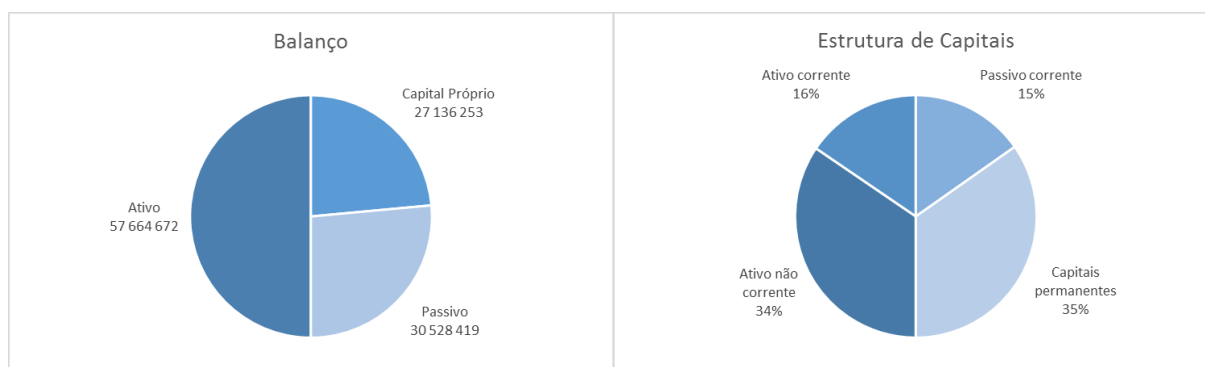
investido, nomeadamente em ativos fixos, foi necessário aumentar o endividamento bancário, tendo encerrado 2015 com um endividamento líquido de 16,9M€ (mais 1,8M€ face a 2014).

Este aumento do endividamento conjugado com o aumento do *EBITDA* permitiu manter o rácio do endividamento sobre o *EBITDA* em 2,6.

Rubrica	2014	2015
Net debt	15 137 604	16 945 076
Net debt / EBITDA	2.52	2.57

Apesar da subida do endividamento, dadas as melhores condições de financiamento que a empresa conseguiu concretizar junto mercado bancário, os encargos financeiros associados ao financiamento reduziram em cerca de 0,3M€, correspondentes a -38%.

Em termos de estrutura de capitais a empresa manteve a sua política de otimização da estrutura procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneo com recurso a financiamento de médio e longo prazo e financiar o ciclo de tesouraria com recurso a instrumentos de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2015, os capitais permanentes representavam 101% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 98% do ativo corrente. A autonomia financeira manteve-se em 47%.



Para esta otimização da estrutura de capitais destaca-se a concretização de uma operação estruturante do nosso financiamento de médio e longo prazo no montante de 4,5M€ pelo prazo de 12 anos. Esta operação foi concretizada perto do final do ano e permitiu não só reforçar os capitais permanentes e suavizar o serviço de dívida, como também permitiu dar mais um passo na reorganização do grupo empresarial liderado pela OLI. Esta operação permitiu a passagem do imóvel da Soplasnor para a OLI concentrando nesta empresa o ativo e o rendimento gerado pelo mesmo.

5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A globalização dos mercados e a emergência de novas tecnologias tem sido a força motriz para revolucionar o conceito de procura, oferta e distribuição de novos produtos, conduzindo a OLI a encarar a Investigação e Desenvolvimento (ID) como ferramenta de melhoria, reforçando a sua produtividade e competitividade. A OLI posiciona-se no mercado como uma empresa global e tem vindo a fortalecer a sua posição em novos mercados de atuação.

Certificações de produto
Product certifications



Qualidade e certificações
Quality and certifications



A reformulação do processo de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), que teve início em 2014 continuou ao longo de 2015. No decorrer desse período, o departamento de Desenvolvimento munuiu-se de recursos para conseguir responder atempadamente e com qualidade a novas solicitações que surgem da estratégia de diversificação de mercados. Com o objetivo de fornecer nova energia ao processo, fortalecer o conhecimento existente e desenvolver cada vez mais produtos com características inovadoras, reforçou-se a equipa de desenvolvimento com três novos engenheiros mecânicos.

A Gestão de portfólio de patentes é importante para a estratégia da empresa como se verifica no investimento que é realizado em Propriedade Industrial. Atualmente a OLI detém cerca de 50 patentes. A importância de registar a Propriedade intelectual das soluções que a OLI desenvolve é avaliada caso a caso, tendo em conta o carácter inovador, face ao estado da arte e do interesse efetivo da invenção. Em 2015 foram registados 5 novos pedidos de patentes. Da mesma forma que nos dois últimos anos, em 2015 a OLI foi uma vez mais uma das empresas portuguesas que mais pedidos de patente apresentou no Instituto Europeu de Patentes, 5 no total. É importante referir que a estratégia definida para a Gestão da Propriedade intelectual é tida como exemplar no tecido empresarial português.

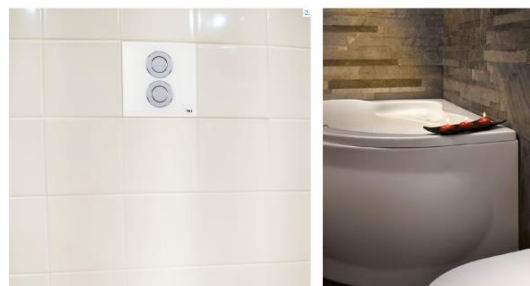
Ainda em 2015 a OLI foi distinguida na Gala Litoral Awards na categoria de Inovação como forma de reconhecimento da região litoral do Baixo Vouga. O perfil inovador da OLI vê-se assim reconhecido na região onde a empresa está inserida.

A OLI tem privilegiado projetos de ID com impacto direto na sua atividade, estabelecendo uma cooperação estratégica com as melhores redes de conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de relevo para a sua atuação no setor, ciente de que esta partilha de conhecimento é fundamental para viabilizar e potenciar novas e singulares oportunidades de criação de valor.

Refira-se as parcerias com organizações integrantes do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), nomeadamente com a Universidade de Aveiro, bem como com associações para a promoção da ID, o centro Habitat - Plataforma para a Construção Sustentável, Inovadomus e também alguns fornecedores e clientes.

Em 2015 foram finalizados dois projetos de IDI em parceria com entidade SCTN que estavam a ser desenvolvidos no âmbito do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN). Resta referir que produtos como o OLIPURE e LEAKSAFE que vão ser lançados em 2016 tiveram origem em projetos de IDI em parceria com entidades SCTN.

Em 2016 a OLI pretende intensificar o desenvolvimento de soluções tecnologicamente avançadas, concorrer ao novo quadro de apoio P2020 com projetos que visam o desenvolvimento de produtos sustentáveis e para o mercado de reabilitação. Como já referido anteriormente, com a entrada em novos mercados, é necessário desenvolver produtos com características específicas e particulares o que traz novos desafios a equipa de IDI.



6. Marketing

Ao longo de 2015, o Departamento de Marketing e Comunicação manteve-se focado na missão de posicionar a OLI, a nível internacional, como marca que se caracteriza pela inovação e se afirma pelos valores da sustentabilidade hídrica e da inclusão.

Muitas foram as ações pensadas, preparadas e iniciadas em 2015; algumas com a sua implementação já no início de 2016. Todas elas com o objetivo de aumentar a visibilidade e reputação da marca, em Portugal, mas também no mercado externo, onde a aposta é cada vez maior em mercados como por exemplo: Alemanha, Rússia, Espanha e América Latina, mas nunca descurando todos os outros (mais de 60) onde a OLI está presente.

Do muito que foi feito julgamos que será de destacar, algumas atividades que, pela sua dimensão, se tornam mais relevantes.

A construção e implementação de um *website worldwide*, www.oli-world.com, enquanto ferramenta de comunicação universal. Atualmente são 6 os idiomas disponíveis, uma vez que aos existentes se juntaram o espanhol, alemão e russo, reforçando a OLI como “*player*” global de soluções de banho.



Porque a presença online não basta, apostámos em força na presença offline através da participação em feiras internacionais de referência do setor. Estivemos na “ISH” na Alemanha, na “Mosbuild” em Moscovo e na BIG5 no Dubai, onde apresentámos, aos profissionais do setor, as últimas inovações

Por forma a reforçar a presença em ponto de venda e dar aos comerciais, cada vez mais ferramentas úteis de trabalho, lançámos muitos novos catálogos, brochuras, expositores e materiais diversos.

A comunicação direta com clientes, arquitetos, projetistas, instaladores e demais públicos é de extrema importância para a OLI, assim, lançamos diferentes edições de e-newsletters mensais divulgando novos produtos, obras de prescrição e notícias da empresa;

Em Portugal a aposta na Assessoria de Imprensa foi ganha, uma vez que se traduziu em

aproximadamente 750 mil euros de retorno financeiro (este retorno financeiro é o valor correspondente ao espaço e tempo ocupados pela empresa nos meios de comunicação social. Os valores são meramente indicativos, calculados com base em preços publicitários de tabela. Fonte: Cision.), através da publicação de praticamente 300 notícias na imprensa nacional. Mais um esforço do qual nos orgulhamos.

Já são dois, os eventos anuais aos quais consideramos muito importante estar associados, pelo que uma vez mais marcamos presença no “Dia Mundial da Água” e, pela primeira vez, no “Dia Mundial da Casa de Banho”, esta é a nossa forma de estar mais perto da comunidade e alertar para a importância da sustentabilidade hídrica e da inclusão.



7. Capital humano

No final do exercício económico de 2015 o número de colaboradores era de 370, tendo-se verificado um aumento de 1.6% relativamente à mesma data do ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, por várias razões, entre as quais a necessidade de nos ajustarmos continuamente à evolução da carteira de encomendas. Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 369 (aumento de 2.2% em relação a 2014).

O quadro que é apresentado em baixo mostra dados comparativos dos anos de 2013 a 2015.

Recursos Humanos	2013	2014	2015
Número de trabalhadores no final do período	359	364	370
sexo masculino	167	177	180
sexo feminino	192	187	190
Número médio de trabalhadores ao longo do período	353	361	369
Idade média dos trabalhadores	38,4	39,0	39,4
Antiguidade média dos trabalhadores	12	12	12
Horas de formação totais	14.478	12.905	13.666
Média de horas de formação por trabalhador	38	35	37
Gastos com o pessoal	8 087 034	9 025 853	9 987 537
Gastos médios por trabalhador	22 845	25 002	26 993
VAB por trabalhador	37 128	42 044	45 613
Taxa geral de absentismo	2,5	3,1	4,0
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Bom	Médio	Médio

Em 2015 fomos, com um número elevado de colaboradores, a diversas empresas de referência da região com o objetivo de conhecermos outras realidades empresariais. Pensamos que o contacto com outras experiências ajuda-nos a melhorar o nosso desempenho.

Desenvolvemos, igualmente, o Projeto SER + OLI. Com este projeto pretendíamos melhorar o alinhamento e compromisso dos colaboradores com os objetivos da organização e induzir comportamentos que traduzissem, no dia-a-dia, esse empenhamento e compromisso. Começámos por simplificar os nossos princípios do sistema de gestão integrado fazendo a sua divulgação e experimentação. Realizámos, para isso, várias atividades como uma largada de balões, cliente mistério, ginástica laboral, apoio às práticas de inovação e melhoria, entre outras, permitindo-nos verificar como devemos fazer para traduzir para comportamento e atitudes estes princípios.

Em 2016 iremos dar início à implementação de um portal do empregado, permitindo uma desburocratização e redução do papel utilizado.

Iremos, igualmente fazer a transição para as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015.



8. Política de Dividendos

Face aos resultados apresentados e às perspetivas futuras de desenvolvimento da atividade a Oliveira & Irmão decidiu fazer distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração da Oliveira & Irmão decidiu propor em 2015 a distribuição de um dividendo de € 0,28 por ação, o que resulta num montante global de 560.000 euros.

9. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de € 3 462 933.56 tenha a seguinte distribuição:

- | | |
|--|----------------|
| • Para Cobertura de resultados transitados | € 1 911 666.25 |
| • Para Lucros não atribuídos | € 991 267.31 |
| • Para Dividendos | € 560 000.00 |

10. Proposta de participação nos Lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2015 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de participação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de € 236 887.92. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

11. Sector Público Estatal

De acordo com o artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de Novembro, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2015, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

12. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram. Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

Aveiro, 08 de Abril de 2015

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli



Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31/12/2014	31/12/2015
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%
Valsir, Spa.	50%	50%

III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais

Balço individual em 31.12.2015 e 31.12.2014

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9	25 508 714	23 133 684
Propriedades de investimento	8	6 140 139	
Ativos intangíveis	6	492 902	185 526
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	3;12	7 593 580	6 825 533
Participações financeiras - Outros métodos	12	30 020	40 020
Outros Ativos Financeiros	3;5;12	7 175	4 763 243
Ativos por impostos diferidos	17	6 697	
		39 779 227	34 948 006
Ativo corrente			
Inventários	3;13;18	6 433 508	7 628 375
Clientes	18	9 095 706	9 232 965
Adiantamentos a fornecedores	18	75 470	8 201
Estado e outros entes públicos	18	892 403	689 820
Outras contas a receber	18	351 275	375 480
Diferimentos	18	446 065	210 119
Ativos não correntes detidos para venda	3	24 309	24 309
Caixa e depósitos bancários	4;18	566 708	579 470
		17 885 445	18 748 738
Total do Ativo		57 664 672	53 696 744
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	18	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	18	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	18	3 138 457	3 138 457
Resultados transitados	18	-2 466 391	-4 128 289
Ajustamentos em Ativos Financeiros	18	4 274 105	3 615 970
Excedentes de revalorização	7;18	6 587 092	7 627 062
Outras variações no capital próprio	11;18	140 057	136 303
Resultado líquido do período	18	3 462 934	2 850 032
Total do Capital Próprio		27 136 253	25 239 536
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	35 421	38 062
Financiamentos obtidos	10;18	11 442 287	7 999 094
Passivos por impostos diferidos	17	1 443 793	550 246
		12 921 501	8 587 402
Passivo corrente			
Fornecedores	18	6 906 844	7 325 506
Adiantamentos de clientes	18	230	245 043
Estado e outros entes públicos	18	285 360	382 712
Financiamentos obtidos	10;18	6 069 497	7 717 980
Outras contas a pagar	18	4 156 282	4 002 500
Diferimentos	18	188 705	196 065
		17 606 918	19 869 806
Total do Passivo		30 528 419	28 457 208
Total do Capital Próprio e do Passivo		57 664 672	53 696 744

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2015 e 31.12.2014

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	15;25	46 116 416	42 342 853
Subsídios à exploração	11;15	82 215	115 366
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;15	1 063 517	715 047
Variação nos inventários da produção	13	67 872	291 396
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13	-21 468 210	-21 171 715
Fornecimentos e serviços externos	19;25	-8 642 301	-7 147 223
Gastos com pessoal	3;5;20	-9 987 537	-9 025 853
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	13;18	-181 013	-247 421
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-49 500	-170 256
Provisões (aumentos/reduções)	14	-31 380	-21 162
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	12	-561 500	
Outros rendimentos e ganhos	15;16;21	1 136 793	932 537
Outros gastos e perdas	16;22	-958 468	-616 198
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 586 906	5 997 372
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;8;9;24	-2 677 503	-2 375 131
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 909 403	3 622 240
Juros e gastos similares suportados	23	-447 879	-724 442
Resultado antes de impostos		3 461 524	2 897 798
Imposto sobre rendimento do período	17	1 410	-47 766
Resultado líquido do período		3 462 934	2 850 032

Técnico Oficial de Contas

Conselho Administração

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2015 e 31.12.2014

EUR

Rubricas	Períodos	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	46 724 982	41 076 064
Pagamentos a fornecedores	-30 878 925	-28 616 037
Pagamentos ao pessoal	-9 870 912	-8 875 525
Caixa gerada pelas operações	5 975 145	3 584 503
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-365 123	-39 631
Outros recebimentos/pagamentos	-219 800	-223 146
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	5 390 222	3 321 725
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-5 446 185	-1 839 745
Ativos intangíveis	-389 097	-185 526
Investimentos financeiros	-104 125	-3 743
Outros ativos	-4 826 377	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	29 750	34 386
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	4 310 291	8 430
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	11 387	
Juros e rendimentos similares	72	186
Dividendos	200 310	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-6 213 973	-1 986 011
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	8 406 707	5 212 917
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-6 611 997	-5 589 373
Juros e gastos similares	-453 721	-739 541
Dividendos	-530 000	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	810 990	-1 115 998
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-12 762	219 716
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	579 470	359 754
Caixa e seus equivalentes no fim do período	566 708	579 470

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2015

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2015	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-4 128 289	3 615 970	7 627 062	136 303	2 850 032	25 239 536	25 239 536
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				2 191 897	658 135	-1 039 970	3 754	-2 850 032	-1 036 217	-1 036 217
	7				2 191 897	658 135	-1 039 970	3 754	-2 850 032	-1 036 217	-1 036 217
Resultado líquido do período	8								3 462 934	3 462 934	3 462 934
Resultado integral	9=7+8								612 901	612 901	2 426 717
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições	18				-530 000					-530 000	-530 000
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	10				-530 000					-530 000	-530 000
Posição no fim do período 2015	11=6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-2 466 391	4 274 105	6 587 092	140 057	3 462 934	27 136 253	27 136 253

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2014

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2014	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-5 000 000	3 065 753	7 627 062	143 937	1 421 928	22 397 138	22 397 138
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				871 711	550 217		-7 634	-1 421 928	-7 634	-7 634
	7				871 711	550 217		-7 634	-1 421 928	-7 634	-7 634
Resultado líquido do período	8								2 850 032	2 850 032	2 850 032
Resultado integral	9=7+8								1 428 104	1 428 104	1 428 104
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	10										
Posição no fim do período 2014	11=6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-4 128 289	3 615 970	7 627 062	136 303	2 850 032	25 239 536	25 239 536

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais

1. Informações

1.1. Identificação da entidade

Designação da entidade:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Natureza da atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2. Gestão do risco

i. Risco de crédito

a) Créditos sobre clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais dos clientes, em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui uma equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável.

b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Risco de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar na Rússia, estando deste modo o seu investimento exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;

- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de commitment fees suportados;

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como Ativos e Passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2015 são, essencialmente, comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

A empresa registou como ativos intangíveis os programas de computador adquiridos no exercício. Anteriormente estes ativos eram registados como Outros ativos fixos tangíveis.

A empresa reconheceu neste exercício, passivos por impostos diferidos associados à reavaliação dos terrenos, efetuada em 2010.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do Balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de alguma disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear, em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em

que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate e são registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na rubrica dos ativos correntes detidos para venda estão registados moldes e máquinas que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da alienação. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Dado que as propriedades de investimento foram adquiridas recentemente e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, entendeu-se não promover à determinação do seu justo valor, para efeitos do parágrafo 32 da NCRF 11. A haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das propriedades de investimento ela não será relevante.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram. É reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes pelos processos judiciais e pela antiguidade e, nos inventários que estavam registados com um valor superior ao valor recuperável. Por este fato foram reconhecidas imparidades de clientes e de inventários na Demonstração de Resultados.

Relativamente à Soplasnor foi reconhecida uma imparidade relacionada com o empréstimo que esta participada tinha em aberto com a empresa mãe.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. A distribuição de dividendos é registada como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe, os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração, nomeadamente os apoios ao emprego são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa recebeu subsídios no âmbito do programa de estágio emprego do IEFP – Instituto de emprego e formação profissional.

No âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional temos um incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico, que designamos por Aquasave que procura encontrar soluções que possibilitem criar valor no âmbito da racionalização de uso de água potável, procurando antecipar futuras exigências normativas ao nível de certificação de edifícios.

Temos também no mesmo quadro comunitário o incentivo do QREN (Quadro de Referencia Estratégico Nacional) que designamos por Iflush tem como principal objetivo o desenvolvimento de três sistemas autónomos e inovadores a aplicar nos autoclismos que irão permitir atuar, iluminar e ambientar os locais onde estão instalados os autoclismos.

Estes subsídios são considerados à exploração dado que financiam despesas relacionadas com a investigação destes novos produtos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

Em curso temos um empréstimo reembolsável pela concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do sistema de incentivos à inovação do QREN onde concorremos com despesas de internacionalização e investimento, cujo benefício corresponde à isenção de juros.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Relativamente a 2015, a empresa tem deduções à coleta referentes aos incentivos fiscais em vigor em sede de IRC, nomeadamente o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial e o RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento. Tem ainda reporte de incentivos fiscais não utilizados, referentes a 2014, nomeadamente o RFAI e o SIFIDE, o que faz com que o imposto corrente se resuma ao pagamento das tributações autónomas e da derrama.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor e deduzido dos benefícios fiscais; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outras contas a receber, Outras contas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e gratificações. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2. - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO				EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	4 759	124 514	112 046	17 228
Depósitos à ordem	574 711	246 058 171	246 083 402	549 480
Total de caixa e depósitos bancários	579 470	246 182 686	246 195 447	566 708

5. Partes Relacionadas

5.1. Empresa-mãe e subsidiárias:

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS		Período 2015					Período 2014					EUR
Descrição		Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes, LDA	56 504	1 995 532	7 658	1 303 425		56 428	1 702 422	3 348	1 507 050		
	Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA		4 500 370	7 000		-4 199 500		500				-1 500
	Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	35 700	32 108				61 200					
	Oli Sanitairsysteme GMBH	1		1								
	OOO Oli Rus	186 652		489 645								
Oli, SRL	6 781 831	389 242	1 034 166	46 956		5 750 153	580 454	1 425 582	317 275			
Total		7 060 687	6 917 252	1 538 470	1 350 381	-4 199 500	5 867 780	2 283 376	1 428 930	1 824 324		-1 500

Em 30 de Junho de 2015 a Nuno & Gradeço, SA deixou de ser subsidiária da Oliveira & Irmão, SA data em que apresentou as suas contas finais da liquidação. Nesta data o Nuno & Gradeço cedeu os seus créditos de cobrança duvidosa à empresa-mãe.

Em 4 de Setembro de 2015 a Oliveira & Irmão, SA adquiriu a totalidade do capital social da OOO Oli Rus com sede na Rússia.

Em 17 de Dezembro de 2015 adquiriu também a totalidade do capital social da Oli Sanitairsysteme GMBH com sede na Alemanha.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		EUR
Descrição	Período 2015	Período 2014
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	645 978	573 087
Total	645 978	573 087

6. Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					EUR
Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:					
Quantia bruta escriturada inicial	406 618		1 216 703	185 526	1 808 847
Amortizações acumuladas iniciais	406 618		1 216 703		1 623 321
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				185 526	185 526
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	48 204	270 788		-11 617	307 376
Total das adições		29 128		297 761	326 889
Aquisições em 1.ª mão		29 128		297 761	326 889
Total das diminuições	11 636	70 086			81 722
Amortizações	-394 982	70 086	-1 216 703		-1 541 599
Abates	406 618		1 216 703		1 623 321
Transferências de AFI em curso	59 840	311 746		-372 318	-732
Outras transferências				62 940	62 940
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	48 204	270 788		173 909	492 902

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					EUR
Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:					
Quantia bruta escriturada inicial	406 618		1 216 703		1 623 321
Amortizações acumuladas iniciais	406 618		1 216 703		1 623 321
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)					
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)				185 526	185 526
Total das adições				185 526	185 526
Aquisições em 1.ª mão				185 526	185 526
Total das diminuições					
Amortizações					
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)				185 526	185 526

O aumento dos ativos intangíveis face ao ano de 2014 deve-se essencialmente à alteração no critério de classificação dos programas de computador, que até 2014 foram registados como Outros ativos fixos tangíveis.

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6 828 277	15 769 071	31 374 227	1 069 860	1 541 274	1 659 406	2 773 534	61 015 648
Depreciações acumuladas iniciais		8 327 579	25 734 477	819 220	1 377 094	1 623 593		37 881 964
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6 828 277	7 441 492	5 639 749	250 640	164 180	35 813	2 773 534	23 133 684
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	270 754	271 258	1 881 331	69 989	115 317	-11 284	-222 333	2 375 030
Total das adições	270 754	17 657	150 583	184 496	217 668	5 385	4 125 856	4 972 400
Aquisições	270 754	17 657	150 583	184 496	217 668	5 385	4 125 856	4 972 400
Total das diminuições		787 514	1 516 888	114 507	112 023	4 229		2 535 162
Depreciações		614 461	-570 938	34 668	-263 664	-411 474		-596 948
Alienações				60 456				60 456
Abates		173 054	2 087 826	19 384	375 687	415 703		3 071 653
Transferências de AFT em curso		1 041 115	3 243 840			732	-4 285 687	
Outras transferências			3 796		9 672	-13 172	-62 503	-62 207
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 099 031	7 712 750	7 521 080	320 628	279 496	24 529	2 551 200	25 508 714

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6 828 277	14 896 694	29 542 456	1 086 860	1 604 245	1 695 374	2 617 686	58 271 591
Depreciações acumuladas iniciais		7 587 573	24 325 256	929 651	1 402 117	1 679 689		35 924 286
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6 828 277	7 309 121	5 217 200	157 210	202 128	15 684	2 617 686	22 347 305
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		132 371	422 549	93 430	-37 948	20 128	155 848	786 379
Total das adições			111 516	188 050	41 664	36 001	2 791 420	3 168 651
Aquisições			111 516	168 050	41 664	36 001	2 791 420	3 148 651
Outras aquisições				20 000				20 000
Total das diminuições		740 005	1 430 973	94 620	97 661	15 873		2 379 131
Depreciações		740 005	1 409 222	-110 431	-25 023	-56 096		1 957 678
Alienações				142 451				142 451
Abates			21 751	62 599	122 684	71 969		279 002
Transferências de AFT em curso		888 333	1 742 006				-2 630 339	
Outras transferências		-15 956			18 049		-5 233	-3 140
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6 828 277	7 441 492	5 639 749	250 640	164 180	35 813	2 773 534	23 133 684

7.2. Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	107 211	54 882	6 667 522	797 447	7 627 062
Depreciações	-10 271	10 271	-1 727 482	687 512	-1 039 970
Valor do excedente de revalorização no fim do período	96 940	65 153	4 940 040	1 484 959	6 587 092

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	107 211	54 882	6 667 522	797 447	7 627 062
Depreciações	-11 963	11 963	-199 362	199 362	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	95 248	66 845	6 468 160	996 809	7 627 062

Em 2015 foram reconhecidos impostos diferidos referentes à reavaliação de terrenos de 2010. Em virtude dos mesmos não terem sido reconhecidos nos períodos a que diziam respeito, foi atualizado o valor fiscal com base no coeficiente de desvalorização da moeda para 2015.

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2015

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasmor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	28 796	4 797 582
Moldes e máquinas	BPI	827 750	912 012	282 388	629 624
		5 327 750	5 738 389	311 183	5 427 206

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2014

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Moldes e máquinas	BPI	827 750	937 373	176 112	761 261
		827 750	937 373	176 112	761 261

8. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	PI em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial					
Depreciações acumuladas iniciais					
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)					
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)					
Total das adições	1 719 814	4 420 325			6 140 139
Aquisições	1 719 814	4 505 225			6 225 039
Total das diminuições		84 901			84 901
Depreciações		84 901			84 901
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	4 420 325			6 140 139

O valor inscrito em propriedades de investimento é respeitante à aquisição das instalações da participada Soplasmor - Soc. Plásticos do Norte, SA e à transferência das instalações da participada Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA de mercadorias para propriedades de investimento.

9. Locações

9.1. Contratos de locação

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2015	Período 2014	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos Fixos Tangíveis	Leasing	Prensa	297 297	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	168 468	198 198
	Subtotais		297 297					168 468	198 198
	Leasing	VW Passat - 29NJ81	35 500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	25-12-2017	8 136	17 011
	Leasing	VW Sharan - 14NF35	40 000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	12 500	22 500
	Leasing	Audi A6 - 25OUZ2	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	56 792	80 292
	Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	32 216	
	Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	32 216	
	Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	39 375	
	Subtotais		290 800					181 234	119 802
	Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	30 000	40 000
Leasing	VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019	17 325	24 750	
Leasing	BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	37 792		
Subtotais		118 296					85 117	64 750	
Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNPPARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017	133 705		
Subtotais		160 446					133 705		
Totais		866 839					568 524	382 750	

9.2. Quantias reconhecidas nestes ativos

EUR

Descrição	Locações financeiras 2015		Locações financeiras 2014	
	Ativos fixos tangíveis	Total	Ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	866 839	866 839	878 048	878 048
Amortizações/Depreciações acumuladas	298 315	298 315	322 203	322 203
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	568 524	568 524	555 845	555 845
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	440 552	440 552	525 243	525 243
Até um ano	169 163	169 163	126 288	126 288
De um a cinco anos	271 389	271 389	398 955	398 955

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Cauionada	68 890		68 890	345 449		345 449
Programa de Papel Comercial	2 400 000		2 400 000	4 000 000		4 000 000
Médio e Longo Prazo	2 898 661	9 819 699	12 718 360	2 728 775	6 877 569	9 606 344
Leasing	169 163	271 389	440 552	126 288	398 955	525 243
Desconto de Remessas	532 784		532 784	517 467		172 595
FEDER - Candidatura nº 27024		1 351 198	1 351 198		722 570	722 570
Total	6 069 497	11 442 287	17 511 784	7 717 980	7 999 094	15 372 202

10.2. Garantias

GARANTIAS

Sociedade Garantia	N.º Garantia	Beneficiário da Garantia	Garantia		31-12-2015	31-12-2014
			Montante	%	Valor Capital em Dívida	Valor Capital em Dívida
Garval	2012.00974	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Lisgarante	2012.01445	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Norgarante	2012.01691	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	387 784	38.78%	333 333	555 556
Norgarante	2010.07573	CGD - PME INVEST V 1.000K	500 000	50.00%	272 727	454 545

11. Subsídios

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRIÇÃO	2015		2014	
	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios do Estado e outros entes públicos	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)				
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)				
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1+ 1.2.2 + + 1.2.4)				
Outros activos				
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		82 215		115 366
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)				
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)		82 215		115 366

O valor dos subsídios obtidos do estado e outros entes públicos diz respeito ao programa de estágio e emprego e ao sistema de incentivo à Investigação & desenvolvimento.

12. Participações financeiras

12.1. Informação relativa às participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	16 586 533	16 586 533
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	5 000 000	5 000 000
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	11 586 533	11 586 533
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)		
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais		
Outras aquisições	25 137	25 137
Parte do investidor nos resultados da investida	1 128 484	1 128 484
Distribuições recebidas da investida	-200 310	-200 310
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	-4 199 500	-4 199 500
Abates	-185 264	-185 264
Perdas por imparidade	-561 500	-561 500
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 593 580	7 593 580
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	42 263	42 263
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	42 263	42 263
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)		
Outras aquisições	4 933	4 933
Alienações	-10 000	-10 000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	37 195	37 195

Em 2015 houve um reforço da perda de imparidade dos investimentos financeiro no montante de 561.500 euros, com este aumento o valor da imparidade acumulada fica igual ao valor do empréstimo concedido à Soplasmor, pois que não se espera conseguir recuperar este valor, uma vez que a participada não possui ativos para cobrir este valor.

A empresa mãe adquiriu a parte restante do capital social da Soplasmor, sendo agora detentora de 100% da participação, também adquiriu as suas instalações. Com esta venda a subsidiária conseguiu pagar uma boa parte do empréstimo.

Durante o ano de 2015 a Oliveira & Irmão adquiriu a totalidade do capital da OOO OLI RUS, na Rússia e constituiu a OLI Sanitairsysteme GMBH, na Alemanha, da qual detém 100% do capital.

13. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1 528 448	213 103	1 315 345	2 802 785	108 006	2 694 779
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 944 646	85 617	1 859 029	1 826 511	57 362	1 769 150
Produtos acabados e intermédios	3 446 209	187 076	3 259 134	3 303 862	139 415	3 164 447
Total	6 919 304	485 796	6 433 508	7 933 158	304 783	7 628 375

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inventários iniciais	2 802 785	1 826 511	4 629 297	2 520 806	2 042 727	4 563 533
Compras	3 584 097	18 282 875	21 866 972	3 124 008	18 202 256	21 326 264
Reclassificação e regularização de inventários	1 474 817	80 147	1 554 964	83 545	5 241	88 786
Inventários finais	1 528 448	1 944 646	3 473 094	2 802 785	1 826 511	4 629 297
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 383 617	18 084 593	21 468 210	2 758 484	18 413 231	21 171 715
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	144 939	28 256	173 195	108 006		108 006
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	213 103	85 617	298 720	108 006	57 362	165 368

Verificamos um decréscimo na rubrica de inventários. Esta variação deveu-se essencialmente à passagem do edifício e terrenos onde estava localizada a participada Nuno e Gradeço para propriedades de investimento, que estavam anteriormente registados como mercadorias.

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3 446 209			3 303 862		
Reclassificação e regularização de inventários	-74 476			40 598		
Inventários iniciais	3 303 862			3 053 064		
Varição nos inventários de produção (4=1+2-3)	67 872			291 396		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	59 840			139 415		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	187 076			139 415		

14. Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

Descrição	2015		2014	
	Garantias a clientes	Total	Garantias a clientes	Total
Quantia escriturada inicial	38 062	38 062	50 147	50 147
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-2 640	-2 640	-12 085	-12 085
Total de aumentos	35 421	35 421	38 062	38 062
Reforço	35 421	35 421	38 062	38 062
Total de diminuições	38 062	38 062	50 147	50 147
Uso	34 020	34 020	33 248	33 248
Reversão	4 041	4 041	16 899	16 899
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	35 421	35 421	38 062	38 062
Quantia escriturada final	35 421	35 421	38 062	38 062

15. Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

Descrição	RÉDITOS E OUTROS RENDIMENTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO		EUR
	31-12-2015	31-12-2014	
Vendas de bens	46 109 674	42 322 188	
Prestação de serviços	6 742	20 665	
Subsídios	82 215	115 366	
Outros rendimentos e ganhos	2 276 488	1 653 645	
Rendimentos suplementares	731 923	760 210	
Descontos de pronto pagamento obtidos	76 844	34 986	
Recuperação dívidas a receber			
Ganhos em inventários	242 001		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	1 139 767	858 449	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	27 038	8 430	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	29 750	30 386	
Outros	29 165	98 339	
Rendimentos e ganhos de financiamento	72	186	
Juros obtidos	72	186	
Outros rendimentos similares			
Total	48 561 146	44 249 205	

RENDIMENTOS SUPLEMENTARES E OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	731 923	760 210
Transportes debitados	353 732	450 697
Serviços Acessoria	1 900	2 400
Rendas	103 150	122 550
Moldes comparticipação de clientes	117 354	92 641
Outros	155 786	91 922
Outros Rendimentos e Ganhos	29 165	98 339
Correcções períodos anteriores	4 342	1 339
Excesso de estimativa		14 563
Imputação de subsídios para investimentos	7 634	7 634
Ganhos em outros instrumentos financeiros		
Outros	17 190	74 803
Total	761 088	858 549

16. Diferenças de Câmbio

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	59 430	46 929
Diferenças de câmbio favoráveis	27 034	8 354

17. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	3 461 524	2 897 798
Imposto corrente	-151 711	-122 444
Imposto diferido	153 121	74 678
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	1 410	-47 766
Tributações autónomas	99 495	84 689

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	451 404	272 202
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	339 048	289 618
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário		47 594
Total	790 452	609 414

Referente ao SIFIDE de 2015 ainda não temos o valor definitivo, o montante utilizado é reporte de 2014.
O valor RFAI deduzido à coleta em 2015 refere-se apenas a parte do reporte de 2014.

A empresa regista ativos por impostos diferidos no montante de 6.697 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 9.588 euros relacionados com reavaliações legais e 1.434.205 euros relacionados com reavaliações livres.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Clientes	9 095 706	9 232 965
Conta corrente	8 935 970	9 091 760
Titulos a receber	149 802	146 671
Cobrança duvidosa	541 337	506 459
Imparidades	-531 403	-511 924
Adiantamentos de Clientes	230	245 043
Fornecedores	6 906 844	7 325 506
Adiantamentos a fornecedores	75 470	8 201
Outras contas a pagar	4 156 282	4 002 500
Pessoal	2 419	1 822
Fornecedores investimentos	1 810 062	2 344 807
Credores por acréscimos de gastos - juros	37 478	43 319
Credores por acréscimos de gastos - seguros	9 060	3 867
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1 413 703	1 274 378
Credores por acréscimos de gastos - comissões	33 327	31 691
Credores por acréscimos de gastos - rappel	244 873	
Credores por acréscimos de gastos - pontos	75 000	
Credores por acréscimos de gastos - outros	204 216	292 614
Outros credores	326 143	10 001
Outras contas a receber	351 275	375 480
Pessoal	14 629	23 321
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	58 265	76 790
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	118 230	10 675
Outros devedores	160 151	264 695
Total	20 585 808	21 189 696

18.2. Estado e outros Entes Públicos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	443 613		443 613	329 654		329 654
Retenção de impostos sobre rendimentos						
Imposto sobre o valor acrescentado	448 790		448 790	360 166		360 166
Outros impostos						
Contribuições para a segurança social						
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Total	892 403		892 403	689 820		689 820
Passivos						
Imposto sobre o rendimento				122 444		122 444
Retenção de impostos sobre rendimentos	108 347		108 347	97 392		97 392
Imposto sobre o valor acrescentado						
Outros impostos	49		49	30		30
Contribuições para a segurança social	176 964		176 964	162 846		162 846
Total	285 360		285 360	382 712		382 712

18.3. Diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	46 110		46 110	33 086		33 086
Gastos a reconhecer - seguros	40 683		40 683	8 637		8 637
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	255 866		255 866			
Gastos a reconhecer - artigos proteção	1 199		1 199			
Gastos a reconhecer - artigos marketing	36 715		36 715			
Gastos a reconhecer - artigos oferta	2 768		2 768			
Gastos a reconhecer - serviços em transito	7 381		7 381	163 521		163 521
Gastos a reconhecer - outros	55 343		55 343	4 874		4 874
Total	446 065		446 065	210 119		210 119
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - moldes	168 903		168 903			
Rendimentos a reconhecer - outros	19 802		19 802	196 065		196 065
Total	188 705		188 705	196 065		196 065

18.4. Ativos e Passivos Financeiros

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2015

EUR

Descrição	Mensurados ao justo valor através resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		9 095 706	531 403
Adiantamentos a fornecedores		75 470	
Outras contas a receber		351 275	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		6 906 844	
Adiantamentos de clientes		230	
Financiamentos obtidos		17 511 784	
Outras contas a pagar		4 156 282	

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2014

Descrição	Mensurados ao justo valor através resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		9 232 965	511 924
Adiantamentos a fornecedores		8 201	
Outras contas a receber		375 480	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		7 325 506	
Adiantamentos de clientes		245 043	
Financiamentos obtidos		15 717 073	
Outras contas a pagar		4 002 500	

18.5. Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	17 228	4 759
Depósitos à ordem	549 480	574 711
Total	566 708	579 470

18.6. Financiamentos

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	6 069 497	10 091 089	16 160 586	7 717 980	7 276 524	14 994 504
Outros financiadores		1 351 198	1 351 198		722 570	722 570
Total	6 069 497	11 442 287	17 511 784	7 717 980	7 999 094	15 717 074

18.7. Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Capital próprio		
Capital	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	3 138 457	3 138 457
Resultados transitados	-2 466 391	-4 128 289
Ajustamentos em ativos financeiros	4 274 105	3 615 970
Excedentes de revalorização	6 587 092	7 627 062
Outras variações no capital próprio	140 057	136 303
Resultado líquido do período	3 462 934	2 850 032
Total	27 136 253	25 239 536

18.8. Divulgação de informação de imparidades

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO EM 2015

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	49 500		531 403
Inventários - mercadorias	144 939	39 842	213 103
Inventários - matérias primas	28 256		85 617
Inventários - produtos acabados	59 840	12 179	187 076
Total	282 534	52 021	1 017 199

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO EM 2014

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	170 491	235	511 924
Inventários - mercadorias	108 006		108 006
Inventários - matérias primas			57 362
Inventários - produtos acabados	139 415		139 415
Total	417 913	235	816 707

18.9. Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa

DÍVIDAS REGISTADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	2015	2014
Relativas a proc de insolvência e de recuperação de empresas ou proc de execução		
Reclamadas judicialmente	232 937	259 579
Em mora:	298 466	252 346
Há mais de vinte e quatro meses	187 474	215 400
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	106 878	210
Há mais de doze meses e até dezoito meses	162	1 649
Há mais de seis meses e até doze meses	3 952	34 944
Até seis meses		142
Total	531 403	511 924

19. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços

Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
Subcontratos	1 081 064	224 244	
Trabalhos especializados	982 279	892 611	
Publicidade e propaganda	470 465	393 006	
Vigilância e segurança	80 151	74 047	
Honorários	55 667	69 159	
Comissões	310 027	264 248	
Conservação e reparação	820 506	779 030	
Outros	159 623	223 018	
Total serviços especializados	2 878 719	2 695 119	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	300 341	157 962	
Livros e documentação técnica	1 724	1 085	
Material de escritório	20 077	9 083	
Artigos para oferta	45 594	64 611	
Outros	17 309	10 109	
Total materiais	385 045	242 851	
Electricidade	864 195	808 018	
Combustíveis	70 745	78 121	
Água	16 764	17 646	
Outros	1 687	1 612	
Total energias e fluidos	953 392	905 397	
Deslocações e estadas	520 732	439 458	
Transporte de mercadorias	2 107 094	1 982 274	
Total deslocações, estadas e transportes	2 627 826	2 421 732	
Rendas e alugueres	45 651	24 241	
Comunicação	66 989	61 920	
Seguros	173 998	165 776	
Royalties	2 048		
Contencioso e notariado	9 758	9 221	
Despesas de representação	355 469	323 630	
Limpeza, higiene e conforto	55 848	59 405	
Outros serviços	6 496	13 689	
Total serviços diversos	716 256	657 881	
Total fornecimentos e serviços externos	8 642 301	7 147 223	

20. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

Descrição	2015		2014	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhada
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:				
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	369	658 786	361	648 604
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa				
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	369	658 786	361	648 604
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	369	658 786	361	648 604
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:				
Homens	180	331 555	172	315 827
Mulheres	189	327 231	189	332 777
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:				
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	73		23	
Prestadores de serviços	16		18	
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	67		56	

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Gastos com o pessoal	9 987 537	9 025 853
Remunerações dos órgãos sociais	645 978	573 087
Das quais: Participação nos lucros	236 888	213 499
Remunerações do pessoal	6 633 394	6 068 649
Encargos sobre remunerações	1 518 781	1 407 597
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	66 053	54 403
Gastos de acção social	113 531	104 474
Outros gastos com pessoal	1 009 800	817 644
Dos quais:		
Trabalho temporário	933 119	750 484
Gastos com formação	49 023	42 486

21. Divulgação de informação de Rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	731 923	760 210
Descontos de pronto pagamento obtidos	76 844	34 986
Ganhos em inventários	242 001	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	27 038	8 430
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	29 750	30 386
Outros	29 165	98 339
Juros obtidos	72	186
Total outros rendimentos e ganhos	1 136 793	932 537

22. Divulgação de informação de Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
Impostos	82 128	63 366	
Descontos de pronto pagamento concedidos	348 827	282 101	
Dívidas incobráveis	15 128	16 536	
Perdas em inventários	153 015	20 562	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	24 281		
Outros			
Correcções relativas a períodos anteriores	20 657	6 853	
Donativos	32 987	39 530	
Quotizações	11 578	8 828	
Ofertas e amostras em inventários	101 313	61 744	
Insuficiência da Estimativa de Impostos	1 677	1 111	
Moldes Propriedade e comparticipação clientes	51 601	40 096	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	59 430	46 929	
Comissões e outros gastos bancários	25 317	17 957	
Outros	30 527	10 586	
Total outros gastos e perdas	958 468	616 198	

23. Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
Juros suportados	447 879	724 442	
Total juros e gastos similares suportados	447 879	724 442	

24. Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
Propriedades Investimento	84 901		
Edifícios	84 901		
Ativos fixos tangíveis	2 510 881	2 375 131	
Edifícios	785 965	740 005	
Equipamento básico	1 489 237	1 430 973	
Equipamento transporte	114 507	90 620	
Equipamento administrativo	103 770	97 661	
Outros ativos fixos tangíveis	17 401	15 873	
Ativos intangíveis	81 722		
Projectos desenvolvimento	11 636		
Programas Computador	70 086		
Total gastos de depreciações e amortizações	2 677 503	2 375 131	

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

A portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES (informação empresarial simplificada) exige divulgação de informação que passamos a relatar:

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2015				EUR
Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	10 595 213	26 163 183	9 351 278	46 109 674
Prestações de serviços	6 742			6 742
Compras	10 854 508	9 878 418	1 134 046	21 866 972
Fornecimentos e serviços externos	6 583 963	1 711 317	347 021	8 642 301
Aquisições de activos fixos tangíveis	4 641 780	309 619	21 000	4 972 400
Outros rendimentos suplementares	269 858	384 830	77 235	731 923

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2014				EUR
Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	9 361 832	24 548 877	8 411 479	42 322 188
Prestações de serviços	5 463		15 201	20 665
Compras	12 111 147	8 566 893	648 224	21 326 264
Fornecimentos e serviços externos	5 787 308	1 183 499	176 415	7 147 223
Aquisições de activos fixos tangíveis	2 440 659	719 654	8 338	3 168 651
Outros rendimentos suplementares	96 906	496 449	166 855	760 210

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIOS FATURADOS			EUR
Descrição	2015	2014	
Revisão legal das contas	12 250	12 600	
Outros serviços		4 450	
Totais	12 250	17 050	

26. Informação de garantias prestadas

Garantias Prestadas			EUR
Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor	
Garantias Bancárias			
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16 000	
Banco BPI	HAPAG LOYD	61 500	
Banco Santander Totta	IA PMEI	353 090	

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da **Oliveira & Irmão, S A**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Relatório

- No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa tendo recebido todo o apoio da Administração, recebendo todos os esclarecimentos que solicitámos.
- No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no nosso país.
 - As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados às circunstâncias, estão de acordo com as normas contabilísticas em vigor no nosso país e estão explicitados no Anexo.
 - O Relatório de Gestão, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
 - A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente fundamentada.
- Os termos da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram ponderados e, merecendo a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.

Parecer


- Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que a contabilidade, as Demonstrações Financeiras individuais e o relatório da Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas que foi emitida sem reservas e com uma ênfase e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pela Empresa no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade:
 - Aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras individuais, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2015;
 - Aprove a proposta de aplicação dos resultados contida naquele Relatório;
 - Proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade.

Aveiro, 22 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal


Eng. José Luís Azevedo Cacho

-Presidente


Eng. João Paulo Araújo Oliveira

-Vogal


Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto

-Vogal

VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais de **Oliveira & Irmão, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 57.664.672 euros e um total de capital próprio de 27.136.253 euros, incluindo um resultado líquido de 3.462.934 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **Oliveira & Irmão, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1. A Empresa possui duas propriedades de investimento adquiridas recentemente. Tal como consta do ponto 3 do Anexo, a Administração não promoveu a determinação do seu justo valor por entender que, dado o curto período decorrido entre a aquisição das mesmas e a data de referência das demonstrações financeiras e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, a haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das referidas propriedades de investimento, essas diferença não será relevante.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Aveiro, 22 de Abril de 2016



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto

VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2015.

O perímetro de consolidação da Oliveira & Irmão, SA, em 2015, incluía as seguintes entidades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, SRL., detida em 99,0%;
- OLI Rus OOO, detida a 100%;
- OLI Sanitärssysteme, GMBH, detida a 100%;
- Moldaveiro - Moldes, LDA., detida em 83,0%;
- Soplasnor - Sociedade Plásticos do Norte, SA., detida em 100%.
- Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA., detida em 99,1% (liquidada e dissolvida)

A OLI, SRL., com sede em Casto, Província de Brescia (Itália), mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A OLI Rus, com sede em Moscovo (Rússia), foi criada em 2015 com o propósito de iniciar uma atividade distribuidora dos nossos produtos no mercado do leste europeu, potenciando não só a carteira de clientes já existente mas promover os nossos produtos e marcas neste mercados com grande potencial de crescimento. A intenção final desta unidade de negócio é vir a transformar-se numa unidade produtora dos nossos produtos procurando tirar proveitos de uma maior competitividade em termos de custo.

A OLI Sanitärssysteme, com sede em Möckmühl (Alemanha), criada em finais de 2015 com vista a desenvolver no mercado germânico a distribuição dos nossos produtos, permitindo uma presença mais próxima junto de potenciais clientes e um desenvolvimento da notoriedade da nossa marca e da nossa presença neste importante mercado europeu.

A Moldaveiro - Moldes, Lda., com sede em Aveiro, que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha essencialmente para a sociedade-mãe, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa

indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja em assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasnor, com sede em Matosinhos, vocacionada inicialmente para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, está neste momento em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos.

A Nuno & Gradeço, com sede em Anadia, foi liquidada durante o ano de 2015.

No que diz respeito ao volume de negócios consolidado verificou-se um aumento de 10%, tendo atingido o valor total de € 53 388 044. Para este aumento contribuíram essencialmente a Oliveira & Irmão, a OLI, SRL. e a Moldaveiro.

Em termos de desempenho económico e financeiro, os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado teve uma evolução bastante positiva aumentando de € 2 783 777 para € 3 822 095. Para este aumento de 37% contribuíram as atividades industrial e comercial, desenvolvidas pelas 3 principais participadas. As que estão em liquidação ou foram criadas recentemente, acabam por ter um impacto residual nesta rubrica.
- O Cash-Flow registou um aumento de 17% cifrando-se em € 7 109 400.
- Igualmente ao nível do *EBITDA* consolidado verifica-se um aumento de 16%, atingindo os € 7 841 875, equivalente a 14.7% das vendas.
- O endividamento bancário líquido consolidado registou um aumento de € 1 959 758, cifrando-se nos em € 19 002 508.
- A autonomia financeira consolidada foi de 42%.

Em termos de estratégia de grupo, queremos concentrar-nos no nosso *core business*, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- As subsidiárias italiana e alemã, como importante instrumento de distribuição dos produtos da sociedade-mãe nos mercados respetivos.
- A subsidiária russa como unidade industrial complementar à sociedade-mãe tendo por objetivo o abastecimento dos mercados do leste europeu, em termos económicos mais competitivos.
- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes.

- A Oliveira & Irmão, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa. O atual momento da economia europeia leva-nos a implementar uma série de medidas tendentes a diminuir a dependência, em termos de vendas, da Europa.

A recente evolução dos negócios impõe-nos a implementação de algumas medidas de reorientação estratégica. A par com a desejada diminuição da dependência da Europa, queremos reforçar as vendas com marca própria e melhorar a oferta, pelo que teremos de nos reposicionar, em termos de Marketing e Comunicação e, melhorar a nossa capacidade em IDI.

A OLI tem privilegiado projetos de ID com impacto direto na sua atividade, estabelecendo uma cooperação estratégica com as melhores redes de conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de relevo para a sua atuação no setor, ciente de que esta partilha de conhecimento é fundamental para viabilizar e potenciar novas e singulares oportunidades de criação de valor. Refira-se as parcerias com organizações integrantes do Sistema Científico e Tecnológico nomeadamente com Universidades, bem como com associações para a promoção da ID e também alguns fornecedores e clientes. O registo da propriedade intelectual produzida continua a ser um desígnio de natureza estratégica que nos permite ser uma referência no sector.

OLI, SRL.

Como foi referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição

(reexportação ou “representação”) em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

De destacar também a crescente atividade industrial que esta participada tem vindo a desenvolver, nomeadamente no desenvolvimento de soluções para OEMs existentes no mercado italiano.

As vendas desta sociedade apresentaram um aumento de 12%, atingindo o valor de 13 469 086 euros. Em termos de resultados líquidos houve um aumento de 28% em relação a 2014. O resultado líquido atingiu € 754 944 euros.

OLI Rus

A empresa foi criada em Março de 2015 e numa primeira fase tem estado dedicada à comercialização e distribuição de produtos da sociedade-mãe. Atingiu em 2015 um volume de negócios de 754 145 euros (55 013 451 de rublos) e um resultado líquido negativo de -95 673 euros (-6 979 129 de rublos).

OLI Sanitärssysteme

A empresa foi constituída em Dezembro de 2015 pelo que não registou qualquer atividade comercial relativa ao ano de 2015. Dadas algumas despesas iniciais relacionadas com a instalação e início de atividade a empresa registou um resultado negativo neste período de € -11 147.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade-mãe.

O volume de negócios em 2015 foi de € 2 377 503, um aumento de 12% face a 2014. O resultado líquido foi de € 472 739.

Soplasnor

Em 2015 a empresa liquidou o seu principal ativo, vendendo o edifício à Oliveira & Irmão, com vista a reorganizar o grupo empresarial e as suas participadas. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a € -519 292, fruto essencialmente das menos-valias registadas com a liquidação do imóvel.

Nuno & Gradeço

Esta empresa foi definitivamente liquidada em 2015, registando um resultado negativo de € -34 752.

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

Subsidiárias OLI

Serão instrumentos complementares para o desenvolvimento da estratégia do grupo OLI procurando potenciar a qualidade, inovação e notoriedade dos seus produtos, nos mercados respetivos.

Moldaveiro

A Moldaveiro deve continuar o labor dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade-mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo).

Soplasnor

Continuaremos determinados na venda dos seus ativos e liquidação dos passivos, com vista ao seu encerramento definitivo.

Conclusão

A terminar queremos reafirmar a determinação em concentrar os nossos esforços nas atividades e empresas mais rentáveis e competitivas, procurando que cada uma das empresas seja, por si mesma, interessante e rentável e que se integrem numa estratégia de grupo que a todas beneficie, seja em termos de negócios de cada empresa, seja em termos de solidez do conjunto.



Aveiro, 30 de Abril de 2015

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

VIII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanco Consolidado em 31.12.2015 e 31.12.2014

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2015	31.12.2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9	29 723 149	32 105 619
Propriedades de investimento	8	6 488 805	
Ativos intangíveis	6	552 513	232 756
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5	708	708
Participações financeiras - Outros métodos	5	30 569	41 569
Outros Ativos financeiros	5	7 433	2 311
Ativos por impostos diferidos	16	28 246	
		36 831 422	32 382 963
Ativo corrente			
Inventários	11	8 210 967	9 029 498
Clientes	17	14 586 542	13 430 028
Adiantamentos a fornecedores	17	75 648	8 201
Estado e outros entes públicos	17	1 134 502	862 260
Outras contas a receber	17	728 028	645 166
Diferimentos	17	360 881	12 401
Ativos não correntes detidos para venda	3	91 288	91 288
Caixa e depósitos bancários	4	4 078 240	2 416 493
		29 266 096	26 495 334
Total do Ativo		66 097 517	58 878 297
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	17	4 653	4 653
Reservas legais	17	2 320 221	2 286 081
Outras reservas	17	8 228 960	7 599 629
Resultados transitados	17	-3 591 997	-4 546 592
Excedentes de revalorização	17;7	6 587 092	7 627 062
Outras variações no capital próprio	17	140 057	136 303
Diferenças de Conversão das DF's	17	8 892	
Resultado líquido consolidado do período	17	3 734 504	2 726 372
Interesses minoritários	17	377 781	-737 257
Total do Capital Próprio		27 810 162	25 096 252
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	218 507	227 163
Financiamentos obtidos	9;10	11 534 885	8 023 912
Passivos por impostos diferidos	16	1 449 873	769 531
		13 203 265	9 020 606
Passivo corrente			
Fornecedores	17	8 881 964	8 603 020
Adiantamentos de clientes	17	1 211	252 628
Estado e outros entes públicos	17	767 214	853 905
Financiamentos obtidos	9;10	11 545 862	11 435 332
Outras contas a pagar	17	3 693 586	3 408 748
Diferimentos	17	194 253	207 807
		25 084 090	24 761 440
Total do Passivo		38 287 355	33 782 045
Total do Capital Próprio e do Passivo		66 097 517	58 878 297



Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2015 e 31.12.2014

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	22	53 388 044	48 483 960
Subsídios à exploração	14	83 449	115 366
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	20	15
Variação nos inventários da produção	12	102 826	294 699
Trabalhos para a própria entidade		1 756 834	1 536 356
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-23 769 260	-23 146 309
Fornecimentos e serviços externos	18	-10 945 323	-9 125 139
Gastos com pessoal	5;19	-12 685 158	-11 509 408
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	-176 688	-242 201
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	28 318	-217 247
Provisões (aumentos/reduções)	16	-41 975	-21 162
Outros rendimentos e ganhos	13;15	1 731 066	1 517 470
Outros gastos e perdas	15;20	-1 594 212	-933 756
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 877 942	6 752 644
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;9	-3 097 039	-2 814 841
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 780 903	3 937 803
Juros e gastos similares suportados	21	-478 088	-755 284
Resultado antes de impostos		4 302 815	3 182 519
Imposto sobre rendimento do período	16	-480 720	-398 742
Resultado líquido do período		3 822 095	2 783 777
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		3 734 504	2 726 372
Interesses minoritários		87 591	57 405
		3 822 095	2 783 777
Resultado por acção básico		7.64	5.57

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2015 e 31.12.2014

EUR

Rubricas	Períodos	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	60 666 926	53 487 557
Pagamentos a fornecedores	-38 626 715	-36 568 643
Pagamentos ao pessoal	-11 573 205	-10 467 077
Caixa gerada pelas operações	10 467 006	6 451 837
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-948 067	-422 591
Outros recebimentos/pagamentos	-3 303 757	-3 147 479
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	6 215 182	2 881 767
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-5 772 482	-879 645
Ativos intangíveis	-403 165	-185 526
Investimentos financeiros	-79 181	-2 311
Outros Ativos	-308 161	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	24 948	314 322
Investimentos financeiros	111 356	8 430
Subsídios ao investimento	11 387	
Juros e rendimentos similares	1 711	4 111
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-6 413 587	-740 620
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	9 602 334	5 246 433
Outras operações de financiamento	6 462	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-6 749 237	-5 652 837
Juros e gastos similares	-456 035	-744 224
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1 860 835	-1 150 628
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 662 430	990 520
Efeito das diferenças de câmbio	-684	
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 416 493	1 425 973
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 078 240	2 416 493

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	10 000 000	4 653	2 286 081	7 599 629	-4 546 592	7 627 062	136 303	2 726 372	25 833 508	-737 257	25 096 251
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			34 140	629 330	1 697 595	-1 039 970	12 646	-2 726 372	-1 392 631	1 115 037	-277 594
	2			34 140	629 330	1 697 595	-1 039 970	12 646	-2 726 372	-1 392 631	1 115 037	-277 594
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								3 734 504	3 734 504		3 734 504
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								1 008 133	1 008 133	1 115 037	3 456 910
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições	17						-743 000			-743 000		-743 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5						-743 000			-743 000		-743 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5	10 000 000	4 653	2 320 221	8 228 960	-3 591 997	6 587 092	148 949	3 734 504	27 432 382	377 781	27 810 162

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2014

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	10 000 000	4 653	2 261 737	7 001 253	-4 224 765	7 627 062	143 937	361 908	23 175 783,88	-794 661,73	22 381 123
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			24 344	598 377	-321 826		-7 634	-361 908	-68 647	57 405	-11 243
	7			24 344	598 377	-321 826		-7 634	-361 908	-68 647	57 405	-11 243
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								2 726 372	2 726 372		2 726 372
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								2 364 464	2 364 464	57 405	2 715 129
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	11=6+7+8+10	10 000 000	4 653	2 286 081	7 599 629	-4 546 592	7 627 062	136 303	2 726 372	25 833 508	-737 257	25 096 252

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

1.1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/ Sede Social	Capital Detido	Capital Social
Oli, Srl Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1 000 000
Moldaveiro Moldes, Lda Lugar do Milão, Esgueira - Aveiro	83,0%	500 000
Soplasnor - Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	100,00%	6 800 000
Nuno & Gradeço - Materiais de Construção, SA Paraimo, Sangalhos	99,07%	1 500 000
Oli Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100,00%	25 000
OOO Oli Rus Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100,00%	133

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica Interesses Minoritários.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações

Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos na maior parte das empresas incluídas na consolidação, foram revalorizados em 2011 por uma entidade externa, denominada L2I – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor os ativos não correntes detidos para venda são os bens de equipamento básico. Na empresa mãe os ativos detidos para venda são moldes que foram classificados como tal, porque os ativos são para venda e não estão a ser recuperados pelo uso continuado. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

No grupo apenas a empresa-mãe capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor. Apenas temos em inventários um apartamento e uma loja deste edifício dado que os restantes ativos foram alienados.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Dado que as propriedades de investimento foram adquiridas recentemente e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, entendeu a administração não promover a determinação do seu justo valor, para efeitos do parágrafo 32 da NCRF 11. A haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das propriedades de investimento ela não será relevante.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes e existências, por isso foi reconhecida na Demonstração de Resultados.

Relativamente à Soplasnor foi reconhecida uma imparidade relacionada com o empréstimo que esta participada tinha em aberto com a empresa mãe.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras foram inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição são contabilizados em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Este ano haverá distribuição de dividendos e por isso o valor a transferir para reservas será menor. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa-mãe constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e, é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios do sistema de apoio à investigação & desenvolvimento tecnológico e o programa de estágio e emprego, são reconhecidos na Demonstração

dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O grupo encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e Outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por Imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e Outras dívidas a terceiros - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e

participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	5 679	1 744 457	1 731 365	18 771
Depósitos à ordem	2 230 814	248 129 702	246 916 047	3 444 469
Outros depósitos bancários	180 000	1 265 000	830 000	615 000
Total de caixa e depósitos bancários	2 416 493	251 139 159	249 477 412	4 078 240

5. Investimentos em subsidiárias e consolidação

5.1. Movimentos significativos em subsidiárias

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	País de constituição / sede social	Período 2015		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
		Interesse nas investidas				
		Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	1 539 642
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)	
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	6 040 085
	Oli Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	MEP	13 853
	OOO Oli Rus	Rússia	100.0%	100.0%	A)	
	Nuno & Gradeço, SA	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	
Total						7 593 580

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

A)Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor e na OOO Oli Rus uma vez que ao reconhecer as perdas em subsidiárias já se igualou o valor do investimento

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

Descrição	País de constituição / sede social	Período 2014				
		Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
		Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	1,202,049
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	79.90%	79.9%	A)	4,761,000
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	5,438,221
	Nuno & Gradeço, SA	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	185,264
Total						11,586,533

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

A) Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor dado que já igualou o montante do investimento.

5.2. Participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	708	708
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	708	708
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	0	0
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	708	708
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	42 881	42 881
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	42 881	42 881
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	-4 879	-4 879
Outras aquisições	5 121	5 121
Alienações	-10 000	-10 000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	38 002	38 002

5.3. Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2015	Período 2014
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	645 978	573 087
Gerência - Moldaveiro - Moldes, Lda	124 327	113 825
Gerência - OLI SRL	175 000	174 600
Conselho de Administração - Nuno & Gradeço	13 949	27 515

6. Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2015 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	406 618		1 250 312	428 997	185 526	2 271 453
Amortizações acumuladas iniciais	406 618		1 250 312	381 767		2 038 697
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				47 230	185 526	232 756
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	48 204	274 743		-1 574	-1 617	319 756
Total das adições		33 196			307 761	340 957
Aquisições		33 196			307 761	340 957
Total das diminuições	11 636	70 199		1 574		83 409
Amortizações	-394 982	70 199	-1 216 703	1 574		-1 539 912
Alienações			1 216 703			1 216 703
Abates	406 618					406 618
Reversões de perdas por imparidade						
Transferências de AFI em curso	59 840	311 746			-372 318	-732
Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda						
Outras transferências					62 940	62 940
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	48 204	274 743		45 656	183 909	552 513

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	406 618	14 837	1 250 312	428 997		2 100 764
Amortizações acumuladas iniciais	406 618	14 837	1 250 312	380 193		2 051 959
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				48 805		48 805
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)				-1 574	185 526	183 952
Total das adições					185 526	185 526
Aquisições					185 526	185 526
Total das diminuições				1 574		1 574
Amortizações				1 574		1 574
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)				47 230	185 526	232 756

7. Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6 933 144	17 493 932	36 804 590	1 355 851	2 118 655	1 822 230	2 779 470		69 307 871
Depreciações acumuladas iniciais		8 459 196	29 128 962	1 043 424	1 883 706	1 786 057			42 301 344
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6 933 144	9 034 736	7 675 628	312 428	234 949	36 174	2 779 470		27 006 527
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	286 505	219 234	2 196 319	80 298	103 015	-11 314	-157 435		2 716 621
Total das adições	286 505	17 657	742 179	226 949	234 500	5 767	4 190 755		5 704 312
Aquisições em 1.ª mão	286 505	17 657	742 179	226 949	234 500	5 767	4 190 755		5 704 312
Outras									
Total das diminuições		839 538	1 793 497	146 651	141 157	4 641			2 925 483
Depreciações		666 485	-323 312	44 713	-343 579	-414 494			-370 187
Alienações			28 983	82 481	106 077	3 292			220 833
Abates		173 054	2 087 826	19 457	378 658	415 843			3 074 837
Transferências de AFT em curso		1 041 115	3 243 840			732	-4 285 687		
Outras transferências			3 796		9 672	-13 172	-62 503		-62 207
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 219 649	9 253 970	9 871 946	392 726	337 964	24 859	2 622 035		29 723 149

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	9 227 944	20 010 489	34 833 641	1 371 344	2 175 725	1 867 379	2 618 994		72 105 515,57
Depreciações acumuladas iniciais		7 808 874	27 562 636	1 159 633	1 879 667	1 847 325			40 258 135,84
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	9 227 944	12 201 615	7 271 005	211 711	296 058	20 054	2 618 994		31 847 379,73
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-458 347	500 383	100 716	-61 109	16 120	160 476		258 239,15
Total das adições			757 754	236 101	58 698	36 001	2 796 048		3 884 601,90
Aquisições em 1.ª mão			757 754	207 650	48 165	36 001	2 796 048		3 845 618,56
Outras aquisições				20 000					20 000,00
Outras				8 451	10 532				18 983,34
Total das diminuições		942 531	2 012 269	126 934	127 333	25 894			3 234 961,03
Depreciações		942 531	1 579 218	-124 660	-6 484	-54 588			2 336 017,15
Alienações			398 408	176 349	11 133	518			586 407,67
Abates			21 751	75 246	122 684	73 998			293 677,85
Outras			12 893			5 966			18 858,36
Transferências de AFT em curso		500 140	1 742 006				-2 630 339		-388 193,04
Outras transferências		-15 956	12 892	-8 451	7 526	6 013	-5 233		-3 208,68
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	9 227 944	11 743 267	7 771 388	312 428	234 949	36 174	2 779 470		32 105 619

7.1. Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Outros AFT	Total
	Não realizada	Realizada		
Valor do excedente de revalorização no início do período	107 211	54 882		7 627 062
Depreciações	-10 271	10 271		-1 039 970
Valor do excedente de revalorização no fim do período	96 940	65 153		6 587 092

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Outros AFT	Total
	Não realizada	Realizada		
Valor do excedente de revalorização no início do período	107 211	54 882		7 627 062
Depreciações	-11 963	11 963		
Valor do excedente de revalorização no fim do período	95 248	66 845		7 627 062

7.2. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2015

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	28 796	4 797 582
Moldes e máquinas	BPI	827 750	912 012	282 388	629 624
		5 327 750	5 738 389	311 183	5 427 206

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2014

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Moldes e máquinas	BPI	827 750	937 373	176 112	761 261
		827 750	937 373	176 112	761 261

8. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO							EUR
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades de investimento	PI em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total	
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)							
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	1 719 814	4 768 991				6 488 805	
Total das adições	1 719 814	4 869 553				6 589 367	
Aquisições	1 719 814	4 869 553				6 589 367	
Total das diminuições		100 562				100 562	
Depreciações		100 562				100 562	
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	4 768 991				6 488 805	

9. Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2015	Período 2014	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos Fixos Tangíveis	Oi - Leasing	Prensa	297 297	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	168 468	198 198
	Subtotais		297 297					168 468	198 198
	Oi - Leasing	VW Passat - 29NJ81	35 500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	25-12-2017	8 136	17 011
	Oi - Leasing	VW Sharan - 14NP35	40 000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	12 500	22 500
	Oi - Leasing	Audi A6 - 25OU22	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	56 792	80 292
	Oi - Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	32 216	
	Oi - Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	32 216	
	Oi - Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	39 375	
	Subtotais		290 800					181 234	119 802
	Oi - Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	30 000	40 000
	Oi - Leasing	VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019	17 325	24 750
	Oi - Leasing	BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	37 792	
	Subtotais		118 296					85 117	64 750
	Oi - Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017	133 705	
	Subtotais		160 446					133 705	
Totais		866 839					568 524	382 750	
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing	Audi A4 - 11-OE-11	39 600	BPI LEASING	1460007300	25-01-2014	25-01-2019	19 800	29 700
Subtotais								19 800	29 700
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing	Eq. Industrial	95 000	BPI LEASING	2015044167	06-11-2015	06-11-2021	93 021	
Subtotais								93 021	
Totais								112 821	29 700

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Cauçionada	68 889		68 889	345 449		345 449
Programa de Papel Comercial	2 400 000		2 400 000	4 000 000		4 000 000
Médio e Longo Prazo	8 350 425	9 819 700	18 170 125	6 437 429	6 877 569	13 314 998
Leasing	193 764	363 987	557 751	134 987	423 773	558 760
Desconto remessas	532 784		532 784	517 467		517 467
FEDER - Candidatura nº 27024		1 351 198	1 351 198		722 570	722 570
Total	11 545 862	11 534 885	23 080 748	11 435 332	8 023 912	19 459 244

10.2 Garantias

EUR

Sociedade Garantia	N.º Garantia	Beneficiário da Garantia	Garantia		31-12-2015	31-12-2014
			Montante	%	Valor Capital em Dívida	Valor Capital em Dívida
Garval	2012.0097	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Lisgarante	2012.0145	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Norgarante	2012.0169	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	387 784	38.78%	333 333	555 556
Norgarante	2010.0757	CGD - PME INVEST V 1.000K	500 000	50.00%	272 727	454 545

11. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2 375 603	260 399	2 115 204	3 440 561	159 628	3 280 933
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 616 891	187 183	2 429 708	2 371 078	158 927	2 212 151
Produtos acabados e intermédios	3 861 102	195 047	3 666 055	3 683 800	147 386	3 536 414
Total	8 853 596	642 629	8 210 967	9 495 439	465 941	9 029 498

12- Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e da Variação da Produção

12.1 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	3 545 081	2 117 696	5 662 777	3 236 701	2 525 112	5 761 814
Compras	11 411 729	13 095 873	24 507 603	3 502 407	19 637 707	23 140 115
Reclassificação e regularização de inventários	1 477 340	80 147	1 557 487	87 601	5 241	92 842
Inventários finais	2 518 248	2 325 385	4 843 633	3 393 265	2 269 513	5 662 777
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	10 961 222	12 808 038	23 769 260	3 258 243	19 888 066	23 146 309
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	144 939	28 256	173 195	108 006		108 006
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	144 939	85 617	230 557	112 332	57 362	169 693

12.2 Variação da Produção

EUR

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3 853 130			3 675 829		
Reclassificação e regularização de inventários	-74 476			40 598		
Inventários iniciais	3 675 829			3 421 728		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	102 826			294 699		

13. Outros rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	Total	
	2015	2014
Rendimentos suplementares	1 086 065	998 651
Descontos de pronto pagamento obtidos	77 902	36 433
Recuperação dívidas a receber		29 000
Ganhos em inventários	242 001	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	27 038	8 437
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	63 119	109 438
Outros	197 590	304 759
Juros obtidos	37 350	30 753
Total	1 731 066	1 517 470

14. Subsídios do Governo e apoios do governo

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRIÇÃO	2015		2014	
	Subsídios do Estado e outros entes		Subsídios do Estado e outros entes	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)				
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Equipamentos biológicos				
Outros				
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + + 1.2.4)				
Projectos de desenvolvimento				
Programas de computador				
Propriedade industrial				
Outros				
Outros activos				
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		83 449		115 366
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)				
Subsídios relacionados com activos/ao investimento				
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração				
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)		83 449		115 366

15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFETOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
Diferenças de Câmbio			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	316 813	47 009	
Diferenças de câmbio favoráveis	131 138	8 360	
Líquidas e reconhecidas em capitais próprios no período			

16. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 302 815	3 182 519	
Imposto corrente	-633 840	-588 802	
Imposto diferido	153 121	190 061	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-480 720	-398 742	
Tributações autónomas	105 558	91 587	

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS NA OLIVEIRA & IRMÃO, SA		EUR	
Descrição	31-12-2015	31-12-2014	
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	451 404	272 202	
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	339 048	289 618	
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário		47 594	
Total	790 452	609 414	

Referente ao SIFIDE de 2015 ainda não temos o valor definitivo, o montante utilizado é reporte de 2014.
O valor RFAI deduzido à coleta em 2015 refere-se apenas a parte do reporte de 2014.

O grupo regista ativos por impostos diferidos no montante de 28.246 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 9.588 euros relacionados com reavaliações legais, 1.434.205 euros relacionados com reavaliações livres e 6.080 euros relacionados com amortizações de bens adquiridos em 2008.

17. Instrumentos Financeiros

17.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2015	31-12-2014
Clientes	14 586 542	13 430 028
Conta Corrente	10 743 046	10 776 048
Títulos a Receber	3 969 549	2 822 748
Cobrança Duvidosa	1 774 294	2 338 388
Perdas de Imparidade	-1 900 347	-2 507 156
Adiantamentos de Clientes	1 211	252 628
Fornecedores	8 881 964	8 603 020
Adiantamentos a fornecedores	75 648	8 201
Outras contas a pagar	3 693 586	3 408 748
Pessoal	115 128	94 651
Fornecedores Investimentos	610 776	1 093 635
Credores por acréscimos de gastos- juros	37 478	43 319
Credores por acréscimos de gastos- seguros	9 060	3 981
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	2 008 120	1 788 794
Credores por Acréscimos de Gastos - Comissões	33 327	49 437
Credores por Acréscimos de Gastos - Rappel	244 873	
Credores por Acréscimos de Gastos - Pontos	75 000	
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	213 929	302 739
Outros Credores	345 895	32 194
Outras contas a receber	728 028	645 166
Pessoal	14 870	28 657
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	58 265	81 056
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	435 361	225 046
Outros devedores	219 531	310 407
Total	27 966 979	26 347 790

17.2. Provisões do exercício

Eur

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial	115 012	103 809	218 821
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	7 955		-314
Total de aumentos	46 016		46 016
Reforço	46 016		46 016
Total de diminuições	38 062		46 330
Uso	34 020		34 020
Reversão	4 041	8 268	12 310
Quantia escriturada final	122 966	95 541	218 507

17.3. Divulgação de informação sobre os interesses conjuntos

OLI SRL

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)		
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	20	15
Parte do investidor nos resultados da investida	20	15
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	20	15

17.4. Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

Eur

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Capital próprio		
Capital	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	4 653	4 653
Reservas legais	2 320 221	2 286 081
Outras reservas	8 228 960	7 599 629
Resultados transitados	-3 591 997	-4 546 592
Excedentes de revalorização	6 587 092	7 627 062
Outras variações no capital próprio	140 057	136 303
Diferenças de conversão das DFS	8 892	
Resultado Líquido do Exercício	3 734 504	2 726 372
Interesses minoritários	377 781	-737 257
Total	27 810 162	25 096 252

17.5. Divulgação de informação sobre os diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA

EUR

Descrição	Total	
	2015	2014
Diferimentos		
Ativos		
Gastos a reconhecer - juros	46 110	33 086
Gastos a reconhecer - seguros	40 683	8 637
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	140 618	-212 350
Gastos a reconhecer - artigos proteção	1 199	
Gastos a reconhecer - artigos marketing	37 275	
Gastos a reconhecer - artigos oferta	2 768	
Gastos a reconhecer - serviços em transito	7 381	163 521
Gastos a reconhecer - outros	84 846	19 507
Total	360 881	12 401
Passivos		
Rendimentos a reconhecer - moldes	174 451	11 742
Rendimentos a reconhecer - outros	19 802	196 065
Total	194 253	207 807

17.6. Divulgação de informação sobre Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		EUR	
Descrição	Total		
	2015	2014	
Estado e outros entes públicos			
Ativos			
Imposto sobre o rendimento	603 425	457 812	
Retenção de impostos sobre rendimentos	2 171	213	
Imposto sobre o valor acrescentado	528 255	404 235	
Outros impostos	651		
Contribuições para a segurança social			
Tributos das autarquias locais			
Outras tributações			
Total	1 134 502	862 260	
Passivos			
Imposto sobre o rendimento	135 330	269 150	
Retenção de impostos sobre rendimentos	201 338	169 594	
Imposto sobre o valor acrescentado	136 693	146 859	
Outros impostos	4 022	30	
Contribuições para a segurança social	289 828	268 272	
Tributos das autarquias locais			
Outras tributações	3		
Total	767 214	853 905	

18. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	Total	
	31-12-2015	31-12-2014
Subcontratos	1 401 150	500 110
Trabalhos especializados	1 117 176	931 056
Publicidade e propaganda	593 168	493 415
Vigilância e segurança	89 855	97 995
Honorários	76 831	119 551
Comissões	611 318	491 122
Conservação e reparação	1 002 724	892 775
Outros	232 503	315 313
Total serviços especializados	3 723 576	3 341 228
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	376 112	214 107
Livros e documentação técnica	1 749	1 115
Material de escritório	24 099	12 948
Artigos para oferta	46 136	64 785
Outros	17 309	10 109
Total materiais	465 405	303 064
Electricidade	1 024 243	975 269
Combustíveis	76 049	84 793
Água	24 239	24 239
Outros	26 084	24 150
Total energias e fluídos	1 150 615	1 108 451
Deslocações e estadas	694 983	593 662
Transporte de mercadorias	2 481 767	2 303 773
Total deslocações, estadas e transportes	3 176 750	2 897 436
Rendas e alugueres	60 899	28 367
Comunicação	94 022	93 179
Seguros	208 551	201 086
Royalties	7 663	11 927
Contencioso e notariado	41 561	15 514
Despesas de representação	363 745	338 682
Limpeza, higiene e conforto	65 455	75 591
Outros serviços	185 931	210 503
Total serviços diversos	1 027 827	974 850
Total fornecimentos e serviços externos	10 945 323	9 125 139

19. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2015	31-12-2014
Gastos com o pessoal	12 685 158	11 509 408
Remunerações dos órgãos sociais	959 254	889 027
Das quais: Participação nos lucros	284 162	246 607
Remunerações do pessoal	8 364 393	7 615 482
Benefícios pós-emprego	15 335	
Indemnizações	6 590	1 530
Encargos sobre remunerações	2 091 974	1 958 103
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	103 071	87 629
Gastos de acção social	116 412	106 298
Outros gastos com pessoal	1 028 129	851 339
Dos quais:		
Trabalho temporário	942 291	750 484
Gastos com formação	50 005	55 520

20. Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS

EUR

Descrição	Total	
	2015	2014
Impostos	137 674	110 929
Descontos de pronto pagamento concedidos	350 970	283 180
Dívidas Incobráveis	122 440	127 871
Perdas em Inventários	155 538	24 618
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	389 174	32 394
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	24 511	24 952
Donativos	33 087	39 630
Quotizações	12 954	10 120
Ofertas e amostras em Inventários	161 200	100 815
Insuficiência em estimativa de Impostos	3 141	1 264
Moldes Propriedade e comparticipação clientes	51 601	40 096
Diferenças de câmbio desfavoráveis	59 430	46 929
Comissões e outros gastos bancários	25 317	18 002
Outros	67 175	72 957
Total Outros Gastos e Perdas	1 594 212	933 756

21. Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Rubricas	Total		
	2015	2014	
Juros Suportados	478 088	755 284	
Total Juros e Gastos Similares Suportados	478 088	755 284	

22. Divulgações exigidas por diplomas legais

O código das sociedades comerciais no seu artigo 66º A e 508º F e a portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES – informação empresarial simplificada exigem divulgação de informação que passamos a relatar:

22.1. Informação de garantias prestadas

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16 000
Banco BPI	HAPAG LOYD	61 500
Banco Santander Totta	IAPMEI	353 090

22.2. Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	2015				2014			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal	206 000	3 209 241	10 751 450	14 166 692		2 406 729	8 344 632	10 751 362
Outros		1 742 797	37 478 555	39 221 352		1 085 037	36 647 561	37 732 598
Total	206 000	4 952 038	48 230 006	53 388 045		3 491 766	44 992 193	48 483 960

22.3. Informação relativa a Honorários faturados

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 508º F do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Descrição	2015	2014
Revisão legal das contas	18 850	22 200
Outros serviços		4 450
Totais	18 850	26 650

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório Anual sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Oliveira & Irmão, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Relatório

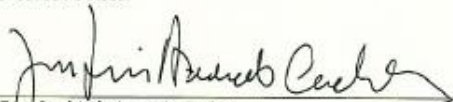
1. No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, verificámos que, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram seguidos os princípios contabilísticos e normas de consolidação aplicáveis.
2. No âmbito das nossas funções executámos, nomeadamente, as seguintes verificações:
 - 2.1 que as Demonstrações Financeiras individuais incluídas na consolidação foram devidamente examinadas, tendo sido obtidos os esclarecimentos julgados convenientes;
 - 2.2 que as operações de consolidação foram adequadamente tratadas;
 - 2.3 que as políticas contabilísticas adotadas foram adequadas e devidamente explicitadas nas notas do Anexo e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados do Grupo;
 - 2.4 que Relatório de Gestão sobre as contas consolidadas, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
3. O Conselho Fiscal seguiu de perto os trabalhos da *Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Srac, Lda*, bem como a Certificação Legal sobre as Contas consolidadas pela mesma produzida, que considera que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **Oliveira & Irmão, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Parecer

Faço do exposto no Relatório, tendo em atenção as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório da Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas consolidadas que foi emitida sem reservas e com uma ênfase satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pelo Grupo no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2015.

Aveiro, 6 de Maio de 2016


O Conselho Fiscal


 Eng. José Luís Azevedo Cacho

-Presidente


 Eng. João Paulo Araújo Oliveira

-Vogal


 Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Srac, Lda., representada por
 António Rodrigues Neto

-Vogal

XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de **Oliveira & Irmão, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 66.097.517 euros e um total de capital próprio de 27.810.162 euros, incluindo um resultado líquido de 3.734.504 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidadas e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido previamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **Oliveira & Irmão, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

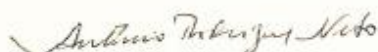
Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1. A Empresa possui duas propriedades de investimento adquiridas recentemente. Tal como consta do ponto 3 do Anexo, a Administração não promoveu a determinação do seu justo valor por entender que, dado o curto período decorrido entre a aquisição das mesmas e a data de referência das demonstrações financeiras e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, a haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das referidas propriedades de investimento, essa diferença não será relevante.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Aveiro, 6 de Maio de 2016



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto

Inspired by water...



Oliveira & Irmão, S.A.
Travessa de Milão
Esgueira,
3800 - 314 Aveiro, Portugal

T (+351) 234 300 200
F (+351) 234 300 210
www.oli.pt
geral@oli.pt

